

urban95

ESPAÇOS PÚBLICOS E NATUREZA

CADERNO DE BOAS PRÁTICAS VOLUME 1





urban95

ESPAÇOS PÚBLICOS E NATUREZA

CADERNO DE BOAS PRÁTICAS VOLUME 1

Iniciativa:



Idealização:



Realização:



Parceiro técnico:



DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
(CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL)

Urban95 [livro eletrônico] : caderno de boas práticas: volume 1 : espaços públicos e natureza / Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB; curadoria Centro de Criação de Imagem Popular - CECIP. -- 1. ed. -- São Paulo: Instituto de Arquitetos do Brasil, 2024. PDF

Vários colaboradores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-983702-1-3

1. Espaços públicos 2. Planejamento urbano - Aspectos ambientais 3. Infância - Aspectos sociais I. Centro de Criação de Imagem Popular - CECIP.

24-210900

CDD-711.5

Índices para catálogo sistemático:

1. Espaços públicos : Cidade e cultura : Urbanismo 711.4

Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253

Copyright © Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB)

1ª edição

Digital (2024)



INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL | direção nacional

Presidente: Odilo Almeida

Vice-presidenta: Renata Dantas Rosário Sachs

Secretária geral: Izabela Moreira Lima

Diretoria administrativo-financeira: Antônio Custódio dos Santos Neto

Diretoria cultural: Pedro Freire de Oliveira Rossi

Vice-presidenta extraordinária de relações institucionais: Raquel Furtado

Schenkman Contier

Vice-presidenta extraordinária de ações afirmativas: Raquel de Araújo Freire

Vice-presidenta Região Centro-Oeste: Olinda Beatriz Trevisol Meneghini

Vice-presidente Região Nordeste: Roberto Agustín Ghione

Vice-presidente Região Norte: Marcos Paulo Cereto

Vice-presidenta Região Sudeste: Marcela Marques Abla

Vice-presidente Região Sul: Natan Franciel Arend

PROJETO IAB/Urban95

Gestão geral: Aída Paula Pontes de Aquino

Coordenação técnica: Pedro Freire de Oliveira Rossi

Administrativo: Rômulo Alves Sales

Consultoria em políticas públicas e governança: Carolina Rattes La Terza de Almeida

Consultoria especializada em primeira infância: Marieta Colucci Ribeiro

URBAN95: CADERNO DE BOAS PRÁTICAS (VOL. 1)

Coordenação e concepção editorial: Pedro Freire de Oliveira Rossi

Coordenação editorial e edição: Bianca Antunes

Pesquisa e textos: André Scarpa

Revisão: Juliana Marques e Adriana Moreira Pedro

Projeto gráfico, diagramação e ilustração: Micrópolis

FUNDAÇÃO VAN LEER | equipe

Representante no Brasil: Claudia Vidigal

Coordenadora de Programas: Thaís Sanches e Marina Arilha

Administradora de Programas: Beatriz Fumagalli

Articuladora da Rede Urban95 Brasil: Taís Herig

Consultora de avaliação e monitoramento: Karina Tollara d'Alkimin

Capa: Foto de FujaBR/Uruçuca (BA)

sumário

10

introdução

Infâncias como agentes de transformação das cidades em direção à equidade
por Rodrigo Mindlin Loeb

14

capítulo 1

Zonas prioritárias da primeira infância

26

capítulo 2

Entornos escolares

44

capítulo 3

Parques e pátios naturalizados

62

capítulo 4

Praças da infância

74

capítulo 5

Equipamentos públicos

90

conclusão

Proximidade é cuidado: cidades projetadas para a primeira infância
por André Scarpa e Bianca Antunes

96

referências

Construir juntos e compartilhar o aprendizado

Este Caderno reúne as três faces do nosso ofício de arquitetas, arquitetos e urbanistas: a poesia que nos humaniza, a empatia e a compreensão dos muitos modos de vida, e o saber técnico que transforma tudo isso em lugares generosos nas cidades.

Mas vivemos um tempo em que essa tríade não tem sido suficiente. Colapsos ambientais atingem a todos, mas desabam de modo assustador sobre as populações mais vulneráveis e, de modo determinante, sobre as crianças. Descuido constante e violências estruturais interditam uma vida plena, deturpam ou estancam a beleza legítima das infâncias. Fome, insalubridade e insegurança ameaçam o futuro já nos primeiros anos de vida.

Reside aí, paradoxalmente, a beleza desse trabalho. Reconhecer a realidade, por mais adversa que seja, e nela mergulhar corações e mentes, com coragem e alegria. Reconhecer as velocidades, os ritmos, as curiosidades em lugares tão diversos, construir juntos o olhar e as mãos da transformação.

E, ainda mais importante: compartilhar o aprendizado, as ideias, os processos, a metodologia. Ampliar, de modo irreversível, o conhecimento para que possamos, todas as pessoas, fazer cidades melhores, cidades em que a vida frutifique e a esperança more junto com a gente.

Durante três anos acompanhei de perto o trabalho coletivo do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) ao lado da Fundação Van Leer (FVL). Iniciado na gestão do presidente Nivaldo Andrade (2017-2020), atravessou minha gestão (2020-2023) e vem se concluir com o presidente Odilo Almeida (2023-2026), com resultados incríveis. É uma alegria ter feito parte desse percurso.

MARIA ELISA BAPTISTA foi presidenta nacional do Instituto de Arquitetos do Brasil (2020-2023).

Urban95: Cidades à altura das crianças na primeira infância

Nos primeiros 1.000 dias de vida, mais de um milhão de sinapses estão ocorrendo por segundo no cérebro de uma criança. É quando as crianças começam a falar, andar e aprender sobre o mundo e as relações ao seu redor. Trata-se de um momento privilegiado do desenvolvimento humano, que queremos cuidar com especial atenção.

As cidades podem apresentar sérios desafios para a saúde e o bem-estar dos bebês, das crianças pequenas e das pessoas que cuidam deles – a falta de conexões com a natureza, de espaços para brincar e de serviços próximos das famílias, e a poluição do ar e sonora são alguns.

Precisamos de uma abordagem sistêmica que combine urbanismo a partir da lente da primeira infância com a mobilidade fácil e segura a serviços de qualidade.

A iniciativa Urban95, da Fundação Van Leer, apoia essa missão, junto a urbanistas e a lideranças públicas municipais, para que compreendam que seu trabalho tem imenso potencial de transformar a vida de uma criança, de uma família, de uma comunidade e, assim, de toda a sociedade.

Ao conectar os desafios individuais, sociais e espaciais da vida urbana, incentivamos gestores públicos a desenvolver políticas públicas, a qualificar a governança e a garantir ações para a primeira infância no orçamento. A meta é tornar a cidade uma forte aliada no desenvolvimento integral de cada criança e no bem-estar de seus cuidadores – especialmente os mais vulnerabilizados –, a partir da qualidade de interações em ambientes acolhedores que a própria cidade é capaz de gerar.

Neste volume, trazemos exemplos de cidades da iniciativa Urban95 que mostram que o planejamento urbano centrado nas crianças e nas famílias vai muito além de construir praças e parquinhos. Este é o primeiro volume de uma série de três publicações temáticas, dentro dos três eixos da iniciativa Urban95: Espaços públicos e natureza, Programas e serviços, e Governança e sustentabilidade.

Compartilhando o que vem dando certo, facilitamos o caminho de quem, como nós, entende que toda criança merece um bom começo. É a partir da primeira infância que temos mais chances de quebrar ciclos de desigualdade, oferecendo oportunidades de uma vida plena para todos.

CLAUDIA VIDIGAL é representante no Brasil da Fundação Van Leer.

Infâncias como agentes de transformação das cidades em direção à equidade

Por Rodrigo Mindlin Loeb

Para superarmos os desafios socioambientais do nosso tempo, a partir do campo da arquitetura e do urbanismo, é imprescindível que, em todas as escalas e etapas do processo projetual, contemplemos como sujeitos de direito as pessoas que constituem os grupos das infâncias. Assim, busca-se reverter as condições de vulnerabilidade e de risco diante dos múltiplos contextos territoriais e espaciais de violência, pobreza, insalubridade, fome, inabitabilidade e falta de moradia – condições agravadas pelas mudanças climáticas e eventos extremos cada vez mais intensos e frequentes, e pela rede contemporânea de desinformação.

Os números são impactantes: **a insegurança alimentar atinge 37,4% dos domicílios com crianças de 0 a 4 anos**, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua) de Segurança Alimentar de 2023. Cerca de 63% da população brasileira de até 17 anos estava em condições de pobreza multidimensional em 2019, o equivalente a 32 milhões de crianças e adolescentes, segundo o estudo “As Múltiplas Dimensões da Pobreza na Infância e na Adolescência no Brasil” (IBGE, 2024; UNICEF, 2023). Estima-se, ainda, que o Brasil tinha, em 2019, um déficit de 5,8 milhões de moradias (aproximadamente 21,2 milhões de pessoas sem teto – muitas delas, crianças na primeira infância), segundo a Fundação João Pinheiro.

Essas situações se radicalizam diante do racismo estrutural e ambiental, da pressão pela eliminação dos pobres, de povos originários, quilombolas, comunidades tradicionais de matriz africana, povos do campo, ciganos e populações LGBTQIAPN+; e diante da exponencial destruição da biosfera. São condições que não apenas são naturalizadas por um paradigma dominante, mas compõem os meios e estratégias de viabilizar a sustentação e continuidade desse paradigma diante do mundo em colapso.

As territorialidades das infâncias no Brasil se configuram dentro deste contexto desafiador, sobre o qual destaco os seguintes enfrentamentos: a emergência dos problemas urbanos representados pelo crescimento acelerado dos territórios informais e a crescente desigualdade social; as condições de desenvolvimento e qualidade de vida de crianças e adolescentes neste contexto; e a ameaça à sustentabilidade da vida, risco de colapso ambiental, social e econômico.

Arquitetos e urbanistas: mudança de paradigma

Como reverter a distância que se instaurou entre a realidade territorial, social, ambiental e econômica do mundo em que vivemos e, portanto, onde arquitetos e urbanistas podem atuar? Como está a formação profissional de arquitetura e qual a relação entre a prática profissional e seu impacto social?

O artefato da cidade se expandiu de modo desigual, violento, apagando memórias e pessoas, derrubando florestas, canalizando rios e córregos, asphaltando e dedicando a maior parte do espaço público a veículos motorizados. Restaurar o ecossistema urbano é uma meta da Década da Restauração dos Ecossistemas (2021-2031) anunciada pela Organização das Nações Unidas (ONU).

A urgência de transformações eficazes por meio das arquiteturas, dos desenhos urbanos, de todo e qualquer espaço construído – especialmente em áreas de grande vulnerabilidade urbana e socioambiental – pode ser traduzida na necessidade de incluir recursos e habilidades multi, inter e transdisciplinares, primordiais para trabalhar em territórios vulneráveis, na formação e na qualificação de arquitetas, arquitetos e profissionais urbanos.

Outro ponto que deve ser aprofundado na universidade é o conhecimento cultural das questões de gênero e das infâncias, combinado com a formação técnica e teórica no campo específico da profissão. **Isso significa ter uma formação que compreenda a necessidade da escuta, da participação e do reconhecimento de saberes e das capacidades de crianças e de jovens como sujeitos competentes para contribuir com muita potência em processos criativos, de planejamento e de desenho.** Os instrumentos e mecanismos inclusivos precisam ser aprimorados, desde a escala das ações micro territoriais até o macro território urbano.

O desenho pode servir como instrumento que sintetize teoria e prática em uma formulação de efeito concreto e eficiente, voltado para as demandas reais e prioritárias de cada território e, portanto, da comunidade, a partir do olhar das infâncias e pensado para elas.

Especialmente para os campos da arquitetura e do urbanismo, que têm relação direta com a possibilidade de uma vida digna e com direitos fundamentais assegurados, é ainda mais urgente que participemos da promoção de uma mudança radical de paradigma, para um pluriverso de mundos possíveis, coexistentes, compartilhando o princípio do valor de toda forma de vida.

***Transformações urbanas eficazes
precisam de profissionais
com habilidades multi, inter e
transdisciplinares – ponto primordial
na formação de arquitetas,
arquitetos e urbanistas.***

Instrumentos legais e possibilidades de atuação

O Brasil possui um conjunto de leis e marcos regulatórios exemplares no que diz respeito às infâncias: a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Marco Civil Regulatório da Primeira Infância, o Plano Nacional pela Primeira Infância e os diversos Planos Municipais pela Primeira Infância, que podem e devem se articular aos Planos de Bairro Participativos com a inclusão das infâncias. Entretanto, os arquitetos e urbanistas ainda não assumiram o protagonismo compatível com o potencial de contribuição do campo para a temática.

É verdade que, nos últimos anos, esse cenário vem mudando: as universidades vêm produzindo um conjunto expressivo de contribuições à temática na graduação e pós-graduação em arquitetura e urbanismo, enquanto coletivos de arquitetura se destacam na inclusão das infâncias na elaboração dos projetos com metodologias participativas. São notáveis as iniciativas dos últimos anos do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), que estabeleceu grupos de trabalho que estudam e debatem sobre infâncias e cidades.

Entre as possibilidades de rede e articulações, vale destacar a força da Rede Nacional Primeira Infância, que reúne centenas de agentes da sociedade civil organizada com grande incidência intersetorial, e os esforços articulados do Núcleo Ciência Pela Infância (NCPI).

Nesse caminho de redes, articulações e debates, foi lançado, em setembro de 2022, o Plano País para a Infância e para a Adolescência, pela Agenda 227 – um conjunto de 137 proposições e propostas de políticas públicas em três blocos: Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); Diversidades, Inclusão e Interseccionalidades; e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O Plano articulou organizações, redes e coalizões da sociedade civil e é uma contribuição consistente para construir uma sociedade mais justa no Brasil, em que prosperidade, inclusão e sustentação para as múltiplas infâncias e adolescências sejam prioridade absoluta.

As cinco metas elaboradas e propostas no Plano País/Agenda 227 para cidades e assentamentos sustentáveis seguem sendo acompanhadas e aprimoradas, e são as seguintes:

- 1** Assegurar prioridade a crianças, adolescentes e suas famílias no acesso a moradias seguras e saudáveis.
- 2** Minimizar eventuais impactos negativos de obras de infraestrutura e fomentar a construção de espaços seguros e adequados às necessidades de crianças e adolescentes.
- 3** Garantir o acesso a espaços públicos seguros, com boa qualidade ambiental e adequados à promoção da saúde e do bem-estar de crianças e adolescentes, com prioridade para os territórios mais vulneráveis e para as áreas periféricas das cidades.
- 4** Garantir o acesso universal e de qualidade ao sistema de transporte público e à mobilidade ativa, segura e especialmente adequada a mulheres, crianças e adolescentes.
- 5** Garantir que as ações voltadas para as cidades sejam realizadas de forma intersetorial articulada e com ampla participação social, com prioridade absoluta para crianças e adolescentes.

Voltarmos nossa atenção a como vivem crianças, jovens e mulheres em nossas cidades e nas outras múltiplas territorialidades, constituir registros, fazer recortes do olhar e do sentir os lugares, expressa um desejo de mudança, com urgência no presente. Sem esse desejo transformado em prática, qual o sentido de nossa existência e de nossos saberes?

Precisamos recordar que as crianças são o fundamento de nós mesmos.

As iniciativas, as insurgências e as ações de transformação das territorialidades que contemplam as infâncias como agentes protagonistas indicam vislumbres de um processo de superação da crise e do colapso mundial, e têm como cenário um amplo espectro de possibilidades e caminhos, um pluriverso onde alteridades se conectam em vasos comunicantes, formando uma rede que articula agrupamentos periféricos, nas margens e bordas do modelo dominante. Têm como premissa estratégias locais, em múltiplas e ressignificadas relações geográficas, territoriais, raciais, formais, econômicas, materiais, estéticas e éticas em processos coletivos e comunitários.

Vamos juntos compor esta rede e sonhar um presente mais justo!

RODRIGO MINDLIN LOEB é arquiteto e urbanista (FAUUSP), mestre em Energia e Meio Ambiente (Architectural Association, Londres), mestre e doutor em arquitetura e urbanismo (Mackenzie), com curso em liderança executiva para o desenvolvimento da primeira infância (Harvard). É professor da FAU Mackenzie, membro do GT Infâncias e Juventudes do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), representante no programa Arquitetura e Infância da União Internacional de Arquitetos (UIA) e na Rede Nacional Primeira Infância (RNPI).

1

Zonas prioritárias da primeira infância



Imagine uma região da cidade em que a circulação de pedestres – principalmente crianças, cuidadores e pessoas grávidas – seja prioridade, em que a conexão com equipamentos públicos seja fácil e que haja espaço apropriado para brincar ao ar livre. Estas são algumas características que definem uma zona prioritária da primeira infância.

O ponto de partida é sempre um equipamento público – que pode ser um posto de saúde, uma creche, espaços da assistência social, de cultura etc. A partir desse equipamento, analisam-se quais outros serviços ou atividades são realizados com frequência na região, e quais são os caminhos mais percorridos a pé por cuidadores e crianças. O objetivo é qualificar esses caminhos, refletindo em ludicidade, segurança e cuidado com o entorno construído, facilitando a mobilidade das famílias, e melhorando as infraestruturas com o olhar voltado para o meio ambiente e a natureza.

O primeiro projeto de uma zona prioritária para a primeira infância em uma cidade Urban95 no Brasil foi realizado em Boa Vista (RR). Andreia Neres, secretária de projetos especiais de Boa Vista, destaca que foi a partir da parceria com a iniciativa Urban95 que se ampliou a visão sobre a importância de trabalhar políticas públicas voltadas para a primeira infância não apenas nos serviços oferecidos, mas no próprio espaço urbano. *“Tivemos também suporte tecnológico para que pudéssemos melhorar a nossa gestão de dados para tomada de decisões”,* conta.

Boa Vista: do diagnóstico à implantação

O Ateliê Navio iniciou o apoio técnico do projeto em 2018, trabalhando no diagnóstico dos percursos mais realizados no bairro Nova Cidade pelas pessoas gestantes e pelas famílias com bebês: por quais ruas mais circulavam e como eram as fachadas dos equipamentos como posto de saúde e creches. Foram identificadas, ainda, a localização de praças, brinquedos, espaços de sombreamento e de oportunidades de contato com a natureza.

O bairro tinha ruas de terra e, na proposta de pavimentação, tomou-se o cuidado para que o asfalto não tivesse mais prioridade do que a calçada. **Com isso, a proposta contemplou espaços para as pessoas, com foco na caminhabilidade: calçadas boas com acessibilidade, elementos lúdicos no percurso, travessias seguras e velocidade reduzida próximas aos equipamentos.**



A partir do georreferenciamento dos dados de concentração de bebês e gestantes em Boa Vista, tomou-se a decisão de que o bairro Nova Cidade seria o primeiro a receber a intervenção. O projeto conecta a praça Nova Cidade, que foi renovada, um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), três escolas municipais, uma escola estadual, uma Unidade Básica de Saúde (UBS) e três creches. Fotos: *Fernando Teixeira*.

A prefeitura ficou responsável pelo desenvolvimento do projeto e garantiu, entre um equipamento e outro, pinturas nos pisos e nos muros, que demarcam os caminhos e, ao mesmo tempo, incentivam brincadeiras e promovem interação e estímulo para as crianças. As praças também foram qualificadas para receber melhor a primeiríssima infância. *“Este é um desafio em muitos projetos: os equipamentos tradicionais de lazer normalmente servem crianças de 7 anos para cima, e é preciso pensar em espaços adequados para cuidadores e bebês”*, relata Ursula Troncoso, do Ateliê Navio. As diretrizes para as praças priorizaram arborização, brinquedos e brincadeiras com água – pensando também no clima da região.

Na segunda fase do projeto, iniciada em 2023, a seleção dos novos caminhos ficou sob responsabilidade de um comitê intersetorial, levando em conta as conexões entre os equipamentos e incentivando a proximidade de espaços verdes e de áreas de caminhada mais confortáveis. Um outro desejo da cidade é aumentar os espaços de contato com a natureza nas zonas prioritárias, como as praças naturalizadas.



- | | |
|---------------------------|--|
| Hidrografia | Caminhos da Primeira Infância |
| 1 Casa Mãe Nova Cidade I | 6 Escola Estadual Fagundes Varela |
| 2 Casa Mãe Nova Cidade II | 7 Escola Municipal Valdemarina Normando Martins |
| 3 Casa Mãe Nova Cidade | 8 Escola Municipal Professor Odir Lucas da Silva |
| 4 Praça Nova Cidade | 9 CRAS Nova Cidade |
| 5 UBS Délio Tupinambá | 10 Escola Municipal Raio de Sol |

Territórios CMEI em Caruaru (PE)

Uma das características das zonas prioritárias de Caruaru – chamadas na cidade de Territórios CMEI – é a presença das praças naturalizadas que, juntamente com os centros de educação infantil, formam pontos de apoio e conexão do território. Esses espaços são importantíssimos como locais de brincar e de estar, tanto para crianças quanto para cuidadores. A construção de uma das praças contou, inclusive, com artistas locais, que criaram esculturas brincantes a partir de temas da cultura regional, utilizando materiais da natureza. O desenvolvimento dos Territórios CMEI contou com assessoria técnica do Estúdio+1, do Instituto Alana e do Coletivo Taboa.

Um dos primeiros passos para desenvolver o projeto foi a escuta da comunidade escolar. Para descobrir os principais trajetos das crianças, as dinâmicas do bairro e os pontos de interesse na região, foi realizada uma oficina com crianças e cuidadores, que contava com um grande mapa impresso em lona, na dimensão de 3 m x 4 m. A partir dos resultados da oficina, estabeleceram-se as diretrizes para o projeto.

Uma das ideias, ainda no papel, é utilizar uma linha de trem desativada, transformando-a em um parque linear, e qualificando um caminho já utilizado por crianças e adolescentes da região como alternativa de acesso.



Em Caruaru, o olhar para as zonas prioritárias veio principalmente dos centros de educação infantil, que notaram a falta de vivência das crianças em espaços ao ar livre. Como resultado, começou-se a trabalhar a conexão entre creches, praças naturalizadas e a segurança viária nos caminhos até a escola, no que ficou conhecido como Território CMEI, em primeira fase de implementação na cidade com consultoria do Estúdio +1, Instituto Alana e Coletivo Taboa.

Como se define uma zona prioritária da primeira infância



Diagnóstico múltiplo

O espaço físico e as dinâmicas que acontecem no território devem ser analisados para compor o diagnóstico e definir a área da zona prioritária.



Seleção das vias

A análise dos percursos cotidianos feitos pelos cuidadores e crianças pequenas (principalmente a pé) apoiam na seleção das vias que receberão intervenções.



Segurança viária

É preciso ser fácil chegar a pé e com carrinho de bebê aos equipamentos, com calçadas amplas e acessíveis. Diminuir a velocidade dos veículos e a poluição sonora e do ar é essencial.



Equipamento-âncora

O projeto deve partir de um ou mais equipamentos presentes no dia a dia da primeira infância – como uma creche, um posto de saúde, um centro de cultura, um CRAS ou até uma horta.



Rede de apoio

Os comércios locais – como bancas de jornal ou pequenas lojas – podem servir de apoio e oferecer um ambiente seguro à criança e ao cuidador. Isso deve estar sinalizado.



Sinalização

Além das tradicionais de trânsito, vale trazer sinalizações lúdicas, ativando os caminhos, explicitando a prioridade da primeira infância e informando sobre os elementos novos do espaço.



Mobiliário urbano

Alguns mobiliários apoiam as interações e o descanso: bancos, bebedouros e trocadores, por exemplo, aumentam o tempo de permanência ao ar livre dos cuidadores e bebês.



Contato com a natureza

Pequenos respiros de contato com elementos naturais, além de possibilitar a ludicidade e estimular o brincar, transformam a maneira de viver a natureza nas cidades.

ESTUDO DE CASO

Área da Infância Vila Arens, Jundiaí (SP)



O projeto começa com a inauguração da Fábrica das Infâncias Japy (ver Capítulo 5), um antigo galpão de tecelagem doado para a Fundação de Cultura de Jundiaí, para ser utilizado como um ponto de referência para as infâncias da cidade. Inaugurado em 2021, o equipamento passou a funcionar como sede do Comitê das Crianças e abriga uma programação diversa de cultura para receber as crianças, as famílias atendidas pelo Programa Criança Feliz e as escolas públicas.

A Fábrica foi o equipamento-âncora escolhido para receber a primeira Área da Infância na cidade, criando uma zona calma para a chegada ao equipamento – e, consequentemente, garantindo segurança e conforto para o acesso a pé.

O primeiro passo foi realizar um diagnóstico do entorno. Para isso, a equipe do Ateliê Navio, consultor do projeto, utilizou a ferramenta de avaliação Quali-Urb Infâncias, desenvolvida em parceria com a WRI, para entender a qualidade do percurso. Ao todo, foram ouvidos mais de 500 cuidadores, 245 crianças e 60 participantes da comunidade local, e foram realizadas reuniões com comerciantes e engajamento de três escolas. Ao mesmo tempo, apostou-se na comunicação com a comunidade, criando cartilhas, adesivos e cartazes que foram distribuídos durante a fase de engajamento comunitário para explicar o que era a Área da Infância que estava sendo construída no bairro.

ANTES

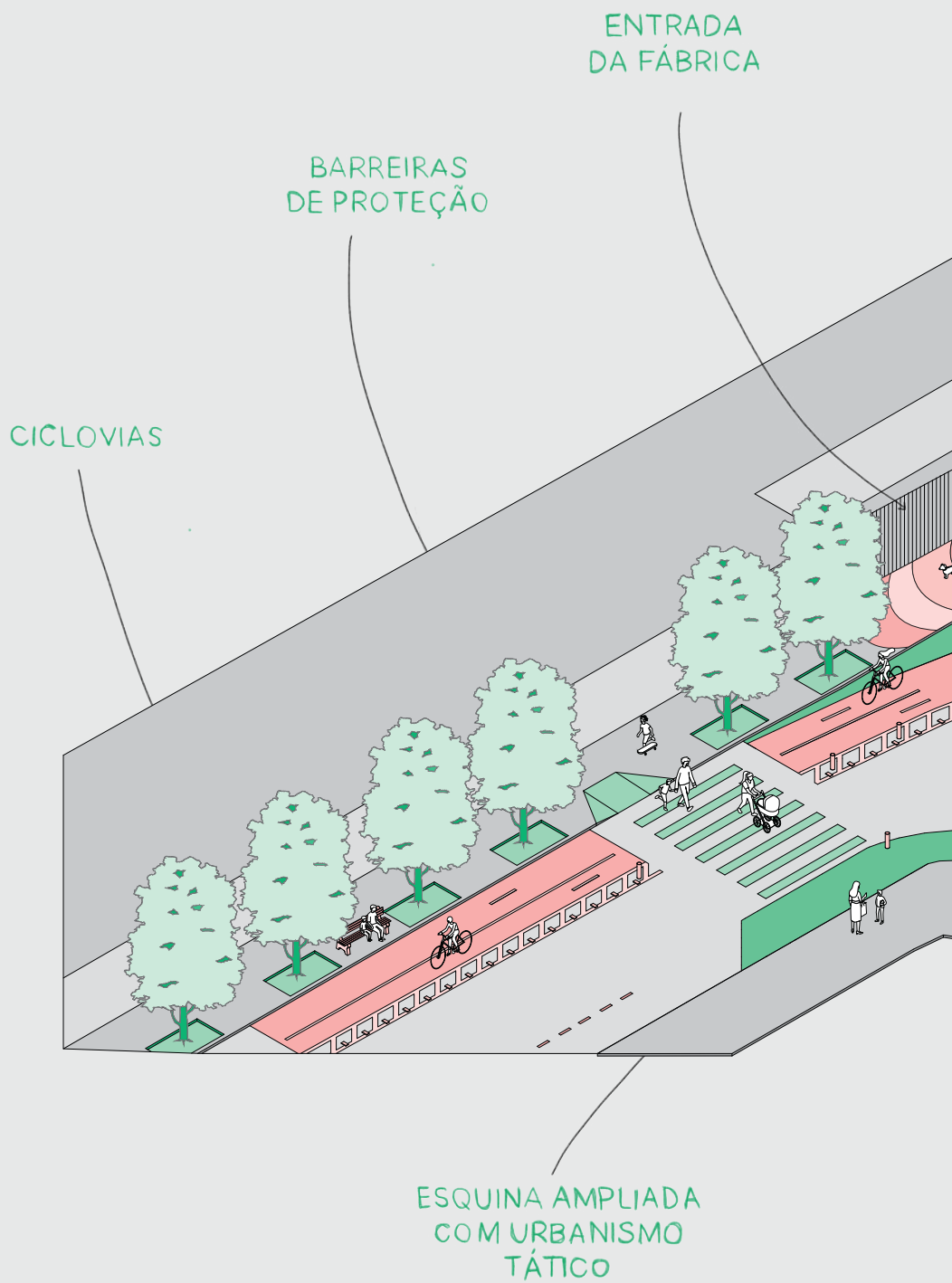


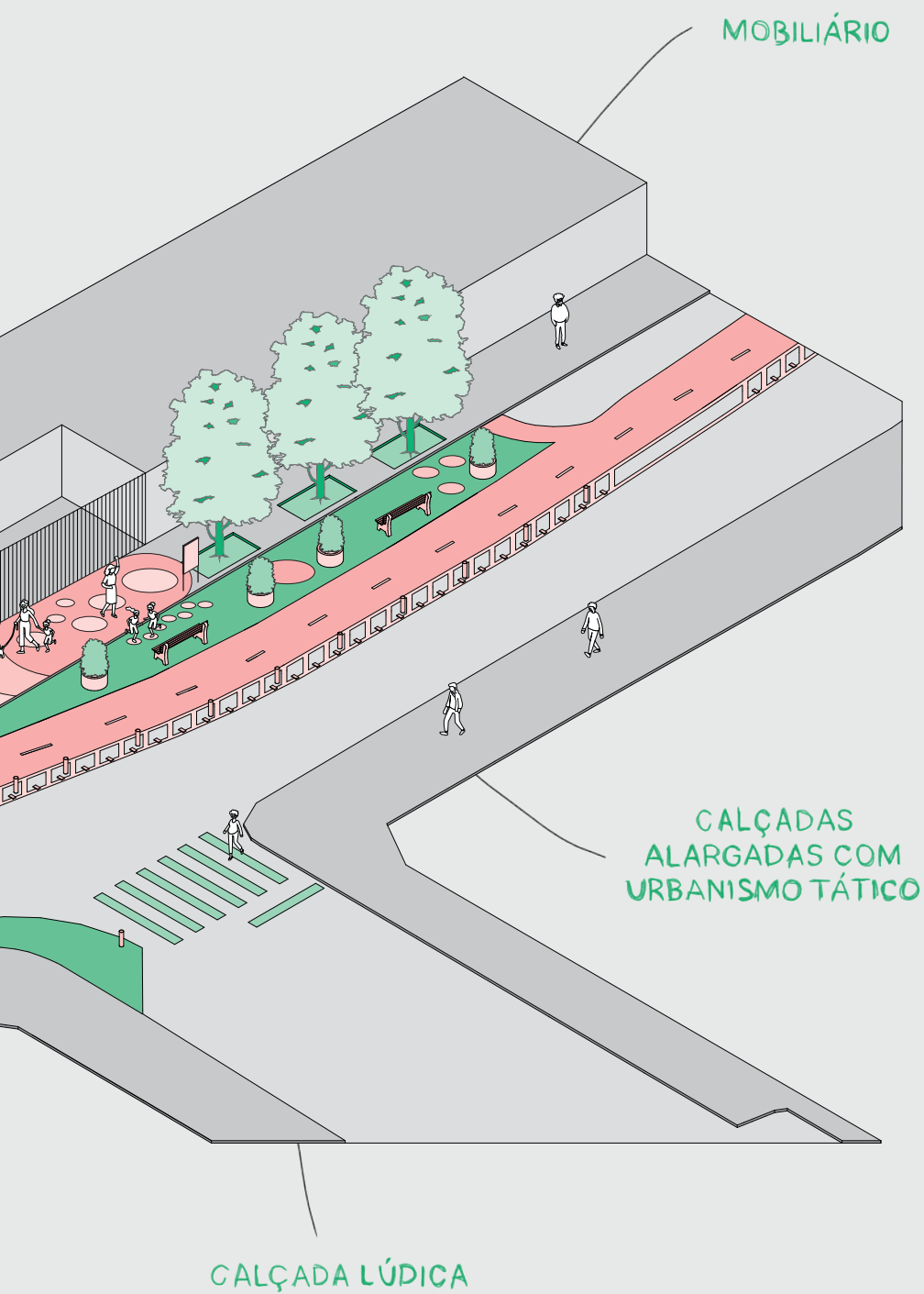
DEPOIS



A Área da Infância na Vila Arens, como ficou chamada, passou a ocupar uma área de 7.300 m² e 365 m lineares, e é composta pela Fábrica das Infâncias, por uma zona calma com elementos lúdicos e por um parque naturalizado de 710 m², garantindo o brincar ao ar livre com acesso à natureza. Fotos: Bruno Batista/WRI (acima), André Albuquerque (ao lado).

ESTUDO DE CASO



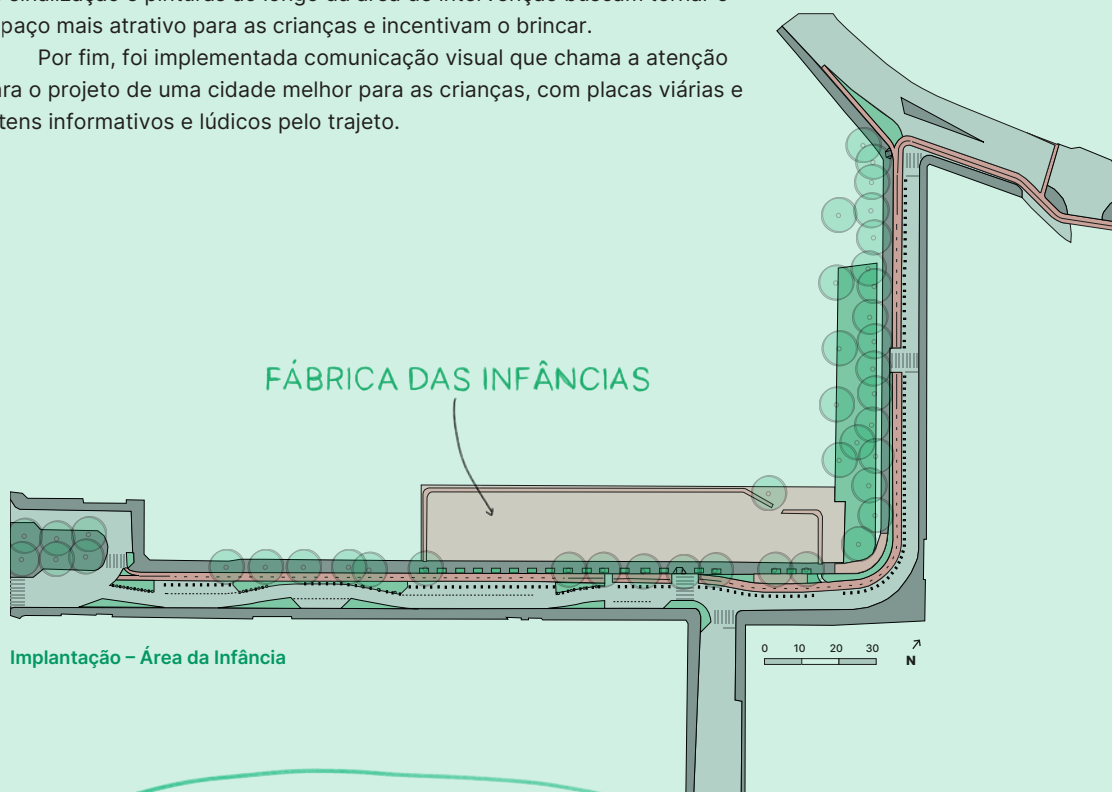


ESTUDO DE CASO

Segundo as entrevistas, as maiores preocupações dos cuidadores estavam relacionadas à velocidade do tráfego, às travessias e à exposição ao movimento dos veículos. A partir das entrevistas e da análise do território, foram definidos três objetivos principais que pautaram o projeto: aumentar o contato com a natureza e o brincar ao ar livre; incentivar a mobilidade ativa e caminhabilidade com a criação de uma zona calma com segurança viária; e criar um ambiente lúdico e atrativo para as crianças e famílias.

Para o projeto de segurança viária, utilizou-se o urbanismo tático – intervenções temporárias que funcionam como um teste para análise de uso antes da transformação definitiva do espaço. Vagas de estacionamento para automóveis deram lugar para ampliações de calçada e para uma ciclovia de 450 m, incentivando a mobilidade ativa e criando um espaço seguro para as crianças aprenderem a usar a bicicleta em um contexto urbano. Elementos de sinalização e pinturas ao longo da área de intervenção buscam tornar o espaço mais atrativo para as crianças e incentivam o brincar.

Por fim, foi implementada comunicação visual que chama a atenção para o projeto de uma cidade melhor para as crianças, com placas viárias e totens informativos e lúdicos pelo trajeto.



Implantação – Área da Infância

*A velocidade média dos carros
passou de **41 km/h** para **21 km/h**.*



Um espaço naturalizado dentro da Fábrica das Infâncias compõe o projeto, garantindo uma área de descanso, de encontro e de brincadeiras com sombra e em contato com a natureza. Foto: André Albuquerque.

Três áreas da infância foram implementadas em Jundiá a partir da parceria entre o município e a Urban95. Além do projeto na Vila Arens, há o do bairro Novo Horizonte e o de Santa Gertrudes. Os três bairros foram selecionados em conjunto com a Urban95, levando em consideração projetos existentes no território, grau de vulnerabilidade social e equipamentos públicos com atuações importantes nas regiões.

Área da Infância Vila Arens

Tempo de desenvolvimento: Outubro de 2021 a fevereiro de 2023.

Etapas percorridas: 1. Escuta das crianças e cuidadores através de experiências exploratórias da região, percorrendo ruas do entorno a pé > 2. Reuniões com equipes multidisciplinares da prefeitura e de parceiros para projeção da área > 3. Reuniões com moradores e comerciantes do entorno > 4. Avaliação pré-projeto > 5. Desenho do projeto > 6. Implementação > 7. Avaliação pós-projeto > 8. Monitoramento.

Secretarias envolvidas: Unidades de Gestão de Cultura, de Educação, de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, de Mobilidade e Transporte, de Infraestrutura e Serviços Públicos, de Governo e Finanças, de Inovação e Relação com o Cidadão, e de Assistência e Desenvolvimento Social.



2

Entornos escolares



Os entornos imediatos de creches e escolas de educação infantil são potenciais espaços de maior conexão entre as crianças, os cuidadores e a comunidade. É ali que os adultos em geral aguardam as crianças na saída, muitas vezes conversando com outros cuidadores. É ali também que o período de brincadeiras entre as crianças pode se estender, ainda mais se o ambiente for convidativo. Ao mesmo tempo, são locais críticos, pois diferentes modais – como carros, motos, ônibus, vans, bicicletas e pessoas a pé – costumam disputar o espaço, principalmente nesses horários de saída e entrada das aulas. Isso faz com que sejam espaços prioritários para projetar intervenções que garantam segurança, conforto e que fortaleçam as oportunidades de interações positivas entre as crianças e os cuidadores.

Por ser um dos primeiros ambientes fora de casa que a criança frequenta diariamente, a creche ou a escola de educação infantil e seus entornos imediatos estão diretamente relacionados com a maneira como a criança reconhece o meio urbano e se reconhece na cidade. Sentir-se segura e estimulada nesse espaço é um dos passos para que se aproprie de seu direito à cidade.

As intervenções em entornos escolares devem ser projetadas tendo como ponto de partida a ludicidade, os espaços verdes, a segurança viária e instalações que ofereçam conforto e oportunidades de convívio. Espaços mais seguros e agradáveis para as crianças e seus cuidadores geram mais tempo de permanência, colaborando com ruas mais vivas e dinâmicas.

Em todos os projetos é essencial escutar a comunidade escolar, incluindo as crianças e seus cuidadores. Eles serão capazes de contar sobre os desafios que passam diariamente, sua percepção de segurança, as oportunidades de encontros e, assim, apoiar a definição das prioridades nas intervenções. As escolas são uma forte rede de apoio e de contato entre educadores, funcionários, cuidadores e crianças, tornando-se centros de troca e, por isso, fontes valiosas de escuta para implementar e monitorar projetos voltados à primeira infância.



Projetos já existentes podem ser adaptados para compor um entorno escolar seguro. Niterói (RJ), por exemplo, levou o programa Niterói de Bicicleta para o contexto escolar, prevendo rotas seguras para a primeira infância e a adequação das escolas. As ações incluem a instalação de paraciclos, sinalizações e campanhas de fomento ao uso da bicicleta. Foto: Escola de Notícias.

Segurança viária para garantir o brincar na cidade

Em 2019, a prefeitura de Fortaleza (CE) criou o programa Caminhos da Escola, para reduzir o número de crianças mortas e feridas em sinistros de trânsito. A equipe da prefeitura analisou o entorno de 472 escolas para priorizar ações de melhoria no trajeto de crianças e cuidadores.

A partir desse mapeamento, foram identificados pontos com demandas latentes, como no bairro Cristo Redentor, um território com alta densidade e população de baixa renda que possui uma área com três escolas, um centro comunitário e um posto de saúde – ou seja, grande circulação de bebês, crianças e cuidadores. Ali, as vias de carros tinham grandes extensões, diminuindo o espaço do pedestre e levando à alta velocidade dos veículos.

Com o apoio da Global Designing Cities Initiative (GDCI) e da Iniciativa Bloomberg de Segurança Viária Global, trabalhou-se com urbanismo tático – uma ação rápida para testar mudanças no espaço público, antes de torná-las definitivas –, delimitando locais de convívio onde antes eram vias de carro. Após o teste, partiu-se para a construção definitiva dos espaços.

Outro projeto do Caminhos da Escola foi a transformação de duas ruas adjacentes a um centro de educação infantil no bairro Planalto Ayrton Senna, como parte do programa Streets for Kids, da GDCI. O projeto reduziu o espaço dedicado aos veículos motorizados e transformou o entorno da escola em um espaço compartilhado entre pedestres, ciclistas e motoristas. Além de um ambiente seguro, o local tornou-se atrativo para crianças e seus cuidadores, gerando 1.900 m² de espaço recuperado para pedestres, 120 m² de novos espaços para recreação e 22 novos lugares para sentar.

ANTES



DEPOIS



Para garantir que cuidadores e crianças tenham espaços confortáveis e seguros na entrada e saída das aulas, reduziu-se a largura das ruas, com a ampliação das calçadas ao lado deste centro de educação infantil em Fortaleza (CE). O pavimento escolhido também colabora para a redução da velocidade dos automóveis e compartilhamento de modais. Na rua ao lado do portão da escola, foi criada uma área de brincar. *Fotos: Paulo Winz/GDCI.*

Quer saber mais?

Confira as referências no final da publicação!



O programa Caminhos da Escola, de Fortaleza (CE), converteu grandes espaços de vias de carro em lugares de encontro, buscando aumentar a segurança viária e as oportunidades de lazer ao lado de centros de educação. Foto: Paulo Winz/GDCI.

9 ações para um entorno escolar seguro e lúdico



Requalificar as esquinas próximas à escola, diminuindo o trecho de travessia. O primeiro passo pode ser com pinturas e balizadores, antes da transformação definitiva.



Requalificar espaços subutilizados nos próprios lotes externos das escolas – eles podem se transformar em espaços lúdicos, de espera ou de brincar.



Implementar intervenções de acalmamento de tráfego – travessias elevadas, diminuição da faixa de rolamento e chicanas são algumas possíveis estratégias.



Estimular a mobilidade ativa, incluindo rotas seguras para bicicleta e bicicletários, além de travessias seguras para pedestres.



Implementar calçadas acessíveis com rampas e largura livre mínima (sem obstáculos) de 1,20 m e largura ideal de 1,80 m.



Priorizar intervenções onde o tráfego de veículos é maior e nos pontos onde há mais crianças e cuidadores.



Arborizar os entornos e criar conexões entre a escola e os espaços verdes próximos, requalificando-os.



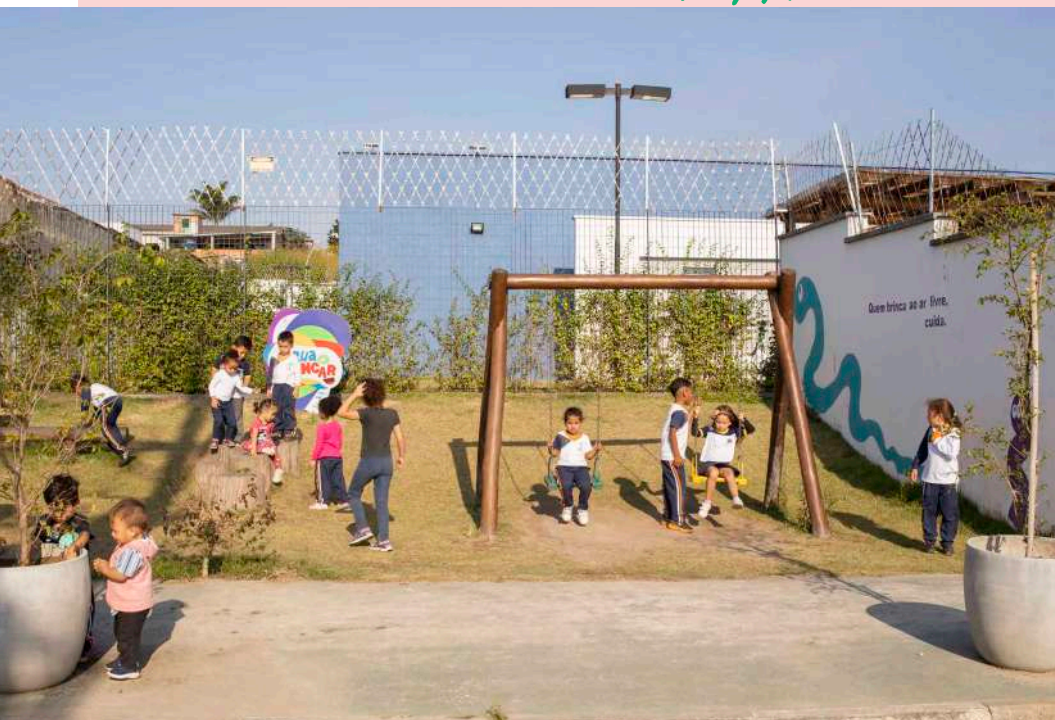
Estabelecer limite de velocidade dos veículos máxima de 30 km/h e ideal de 20 km/h.



Instalar iluminação adequada.

ESTUDO DE CASO

Espaço do Brincar Jardim Aeroporto, em Mogi das Cruzes (SP)



Em Mogi das Cruzes (SP), o projeto Espaço de Brincar transforma os entornos escolares em lugares que inspiram o livre brincar, com segurança viária e conexão com espaços verdes. O projeto piloto aconteceu em 2023 em um quarteirão no bairro Jardim Aeroporto, no limite Sul da cidade, onde há cinco equipamentos públicos: três creches, uma escola de ensino fundamental e uma Unidade Básica de Saúde (UBS). A área apresentava calçadas em mau estado, pouca arborização e falta de conexão entre os equipamentos e o espaço público. Após um rico processo participativo em parceria com o CECIP e o CoCriança, dentro da iniciativa Urban95, desenvolveram-se intervenções temporárias de urbanismo tático combinadas com ações mais perenes.

Na rua Tonga – onde se localizam as entradas da UBS, do CEI Estrela da Manhã II e da EMEF Florisa Faustino Pinto – o sentido do tráfego foi alterado passando de uma via de mão dupla para uma via de mão única, com sinalização e diminuição da velocidade. Esquinas foram ampliadas com pintura visando à segurança, e as calçadas receberam desenhos lúdicos.

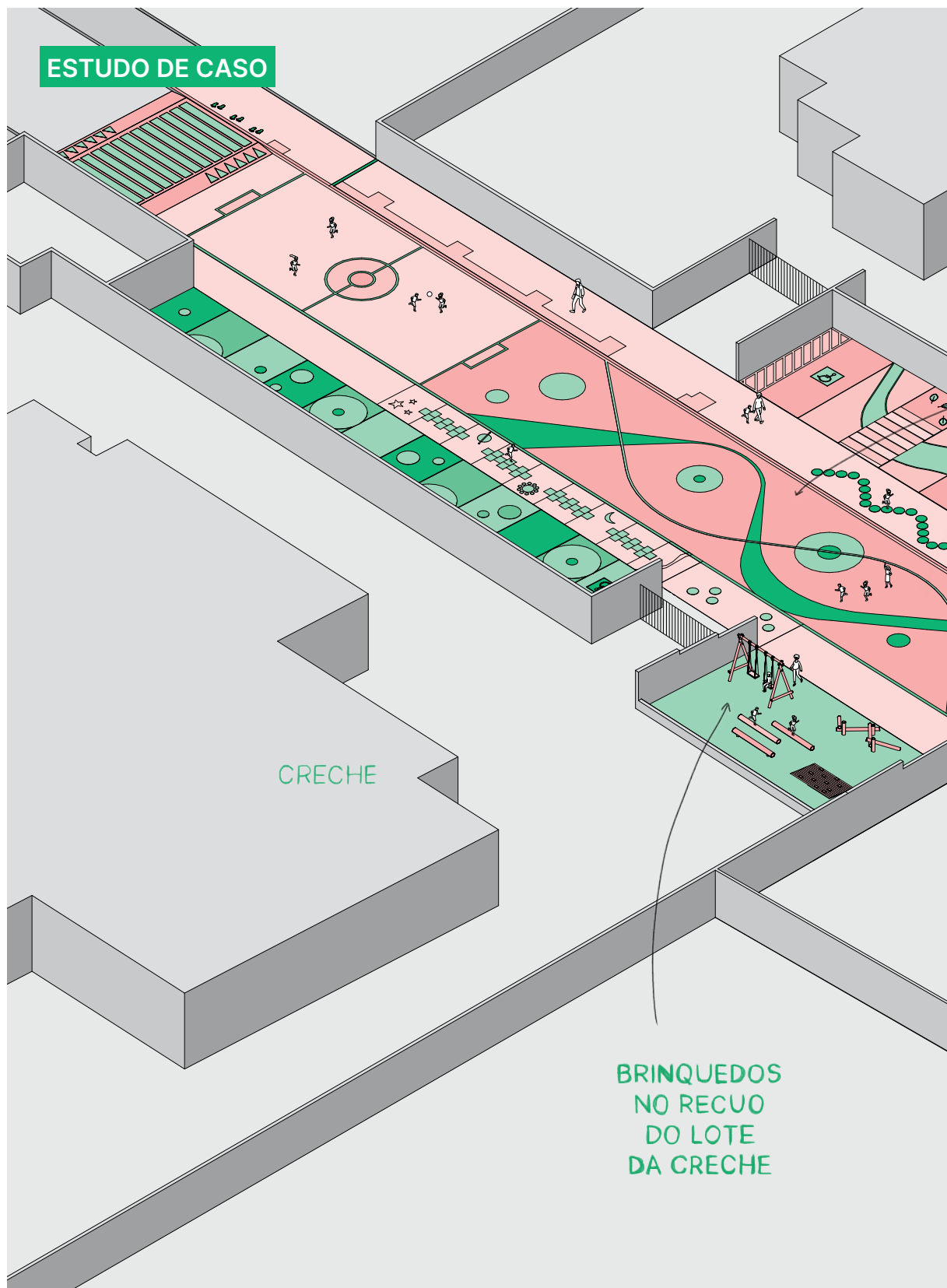
Na rua Turquia, onde o CEI Pequenos Inventores e o CEI Heróis do Futuro têm os acessos um em frente ao outro, foi criada uma lombofaixa garantindo a travessia em segurança. Além de pinturas lúdicas nas calçadas, a própria rua foi pintada, tornando-se uma Rua de Brincar aos fins de semana. Murais nos muros trouxeram as propostas das crianças. Em todo o quarteirão houve aumento de arborização, uma das principais questões levantadas pelos alunos.

“A partir de um processo de escuta das crianças, buscou-se construir um entorno escolar seguro, potencializando espaços subutilizados e vazios urbanos com espaços de brincar e envolvendo as diversas secretarias”, conta Claudio Rodrigues, Secretário de Planejamento Urbano de Mogi das Cruzes (SP).



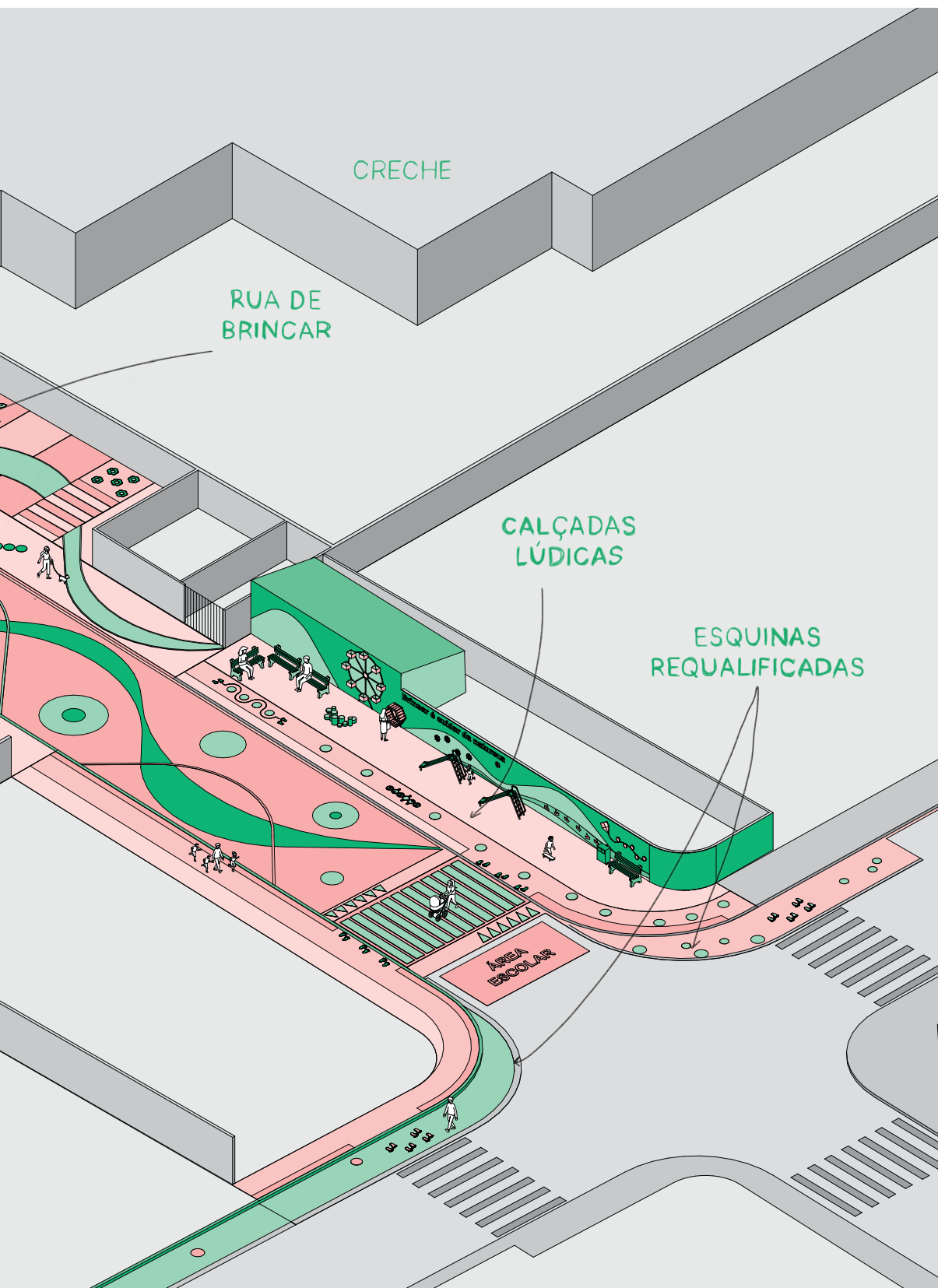
Espaços subutilizados, vazios urbanos e até um estacionamento foram convertidos em espaços de brincar no projeto em Mogi das Cruzes (SP), assim como trechos de recuo em frente às escolas. Nesses locais foram implantados brinquedos naturalizados, bancos e murais, promovendo brincadeiras e o aumento da permanência das crianças e de seus cuidadores ao ar livre. *Fotos: Lethicia Galo e Luiza Aba.*

ESTUDO DE CASO

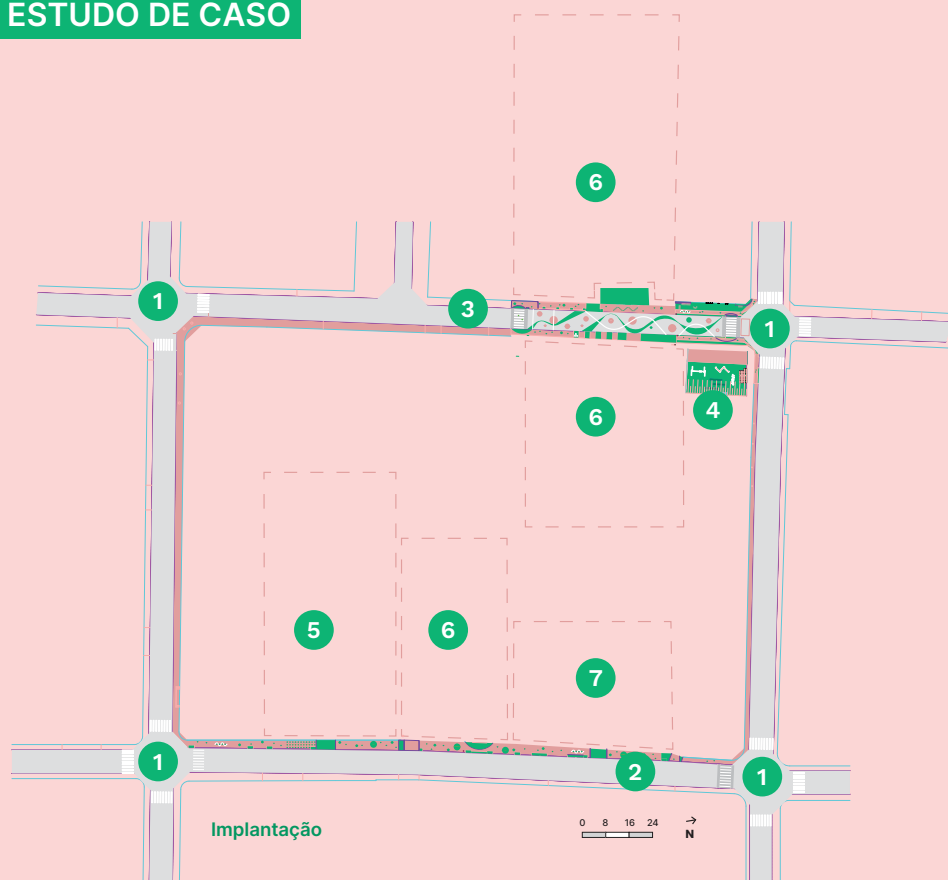


CRECHE

BRINQUEDOS
NO RECUE
DO LOTE
DA CRECHE



ESTUDO DE CASO



- | | | | |
|---|-----------------------------|---|------------------------------|
| 1 | Requalificação das esquinas | 5 | Escola de ensino fundamental |
| 2 | Calçadas lúdicas | 6 | Creche |
| 3 | Rua de brincar | 7 | Equipamento de saúde |
| 4 | Brinquedo no recuo do lote | | |

Processos participativos com crianças

As melhorias tiveram como ponto de partida um processo participativo que envolveu a realização de quatro oficinas com os estudantes das três unidades escolares e um mutirão com eles e com a comunidade. **As oficinas trabalharam a aproximação das crianças com o entorno, o diagnóstico do território, um processo de cocriação, a construção de maquetes pelas crianças e um encontro para aprovar o projeto realizado pela prefeitura a partir das suas sugestões.**

Por fim, houve um mutirão de dois dias: um exclusivamente para as crianças e outro para toda a comunidade. Placas informativas identificaram as referências propostas pelas crianças, para que elas reconhecessem sua participação no espaço construído.

93,3% das pessoas entrevistadas afirmam que o entorno ficou mais atrativo para os cuidadores, **66,7%** percebe mais segurança nas ruas e **86,7%** afirma que mais crianças estão brincando no entorno.

A sensibilização das professoras e coordenadoras das escolas desempenhou um papel crucial. *“As professoras foram protagonistas do processo, o que tem duas vantagens: a escala, pois é possível fazer oficinas com mais turmas ao mesmo tempo, e a continuidade. As professoras levarão isso para a prática sempre: o lugar da escuta, da participação, do reconhecimento da infância, e a importância da relação com o espaço público”*, conta Camila Sawaia, do CoCriança, uma das responsáveis por desenvolver o processo participativo e levar suas diretrizes ao projeto implementado.

A reverberação dessas ações atingiu diversas esferas de planejamento, chegando a modificar diretrizes para projetos de novas escolas, que passaram a prever áreas semipúblicas maiores em frente às entradas para permitir a implementação de programas voltados à primeira infância.

Espaço do Brincar Jardim Aeroporto

Tempo de desenvolvimento: Agosto a dezembro de 2022.

Etapas percorridas: 1. Engajamento intersetorial > 2. Mobilização da comunidade local > 3. Processo participativo com as crianças das escolas > 4. Capacitação das equipes envolvidas na implementação > 5. Mutirões para ativar o território, com crianças e comunidade > 6. Implantação > 7. Avaliação > 8. Monitoramento.

Secretarias envolvidas: Secretarias de Educação, de Urbanismo, de Infraestrutura Urbana, de Mobilidade Urbana, de Meio Ambiente e Proteção Animal e Coordenadoria Municipal de Comunicação.

ESTUDO DE CASO

Entorno escolar seguro com praça da primeira infância, em Sobral (CE)



O bairro Sumaré, em Sobral (CE), fica em uma área periférica, com uma população grande de crianças, mas com poucos lugares para brincar e interagir. Ali, um espaço em frente ao Centro de Educação Infantil (CEI) Irmã Anísia Rocha apresentava uma situação complexa: um encontro de vias, altas velocidades e cruzamentos inseguros. Era o local ideal para o primeiro projeto de entorno escolar lúdico e seguro da cidade, voltado à primeira infância.

O projeto teve início com um diagnóstico que incluiu a análise do território feita por uma equipe interdisciplinar composta por dezessete técnicos de oito secretarias. O projeto teve consultoria da equipe do CECIP dentro da iniciativa Urban95.

Do diagnóstico ao projeto implementado

Um dos desafios trazidos pelo diagnóstico participativo – que incluiu as crianças do CEI – foi o conflito entre o fluxo de crianças e de veículos em uma das vias em frente à escola. Para resolver esse conflito, **tomou-se uma decisão: eliminar um trecho da via de carros, estendendo o que antes era um tímido canteiro central em uma praça que agora tem mais do que o dobro de área – de 192,58 m² para 423,48 m².** As mudanças na parte do trânsito também envolveram calçadas ampliadas, sinalização e redutores de velocidade em pontos estratégicos.

ANTES

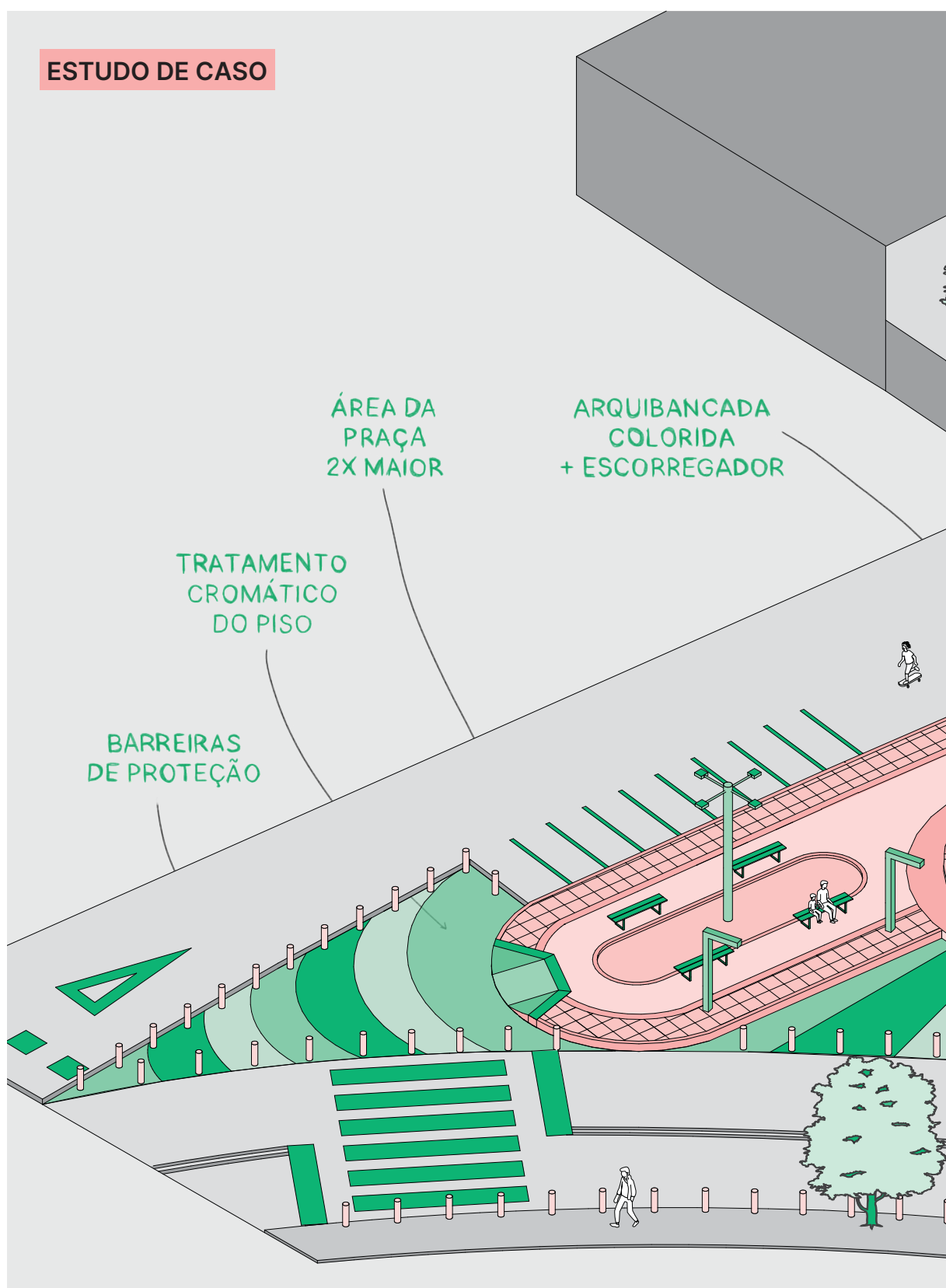


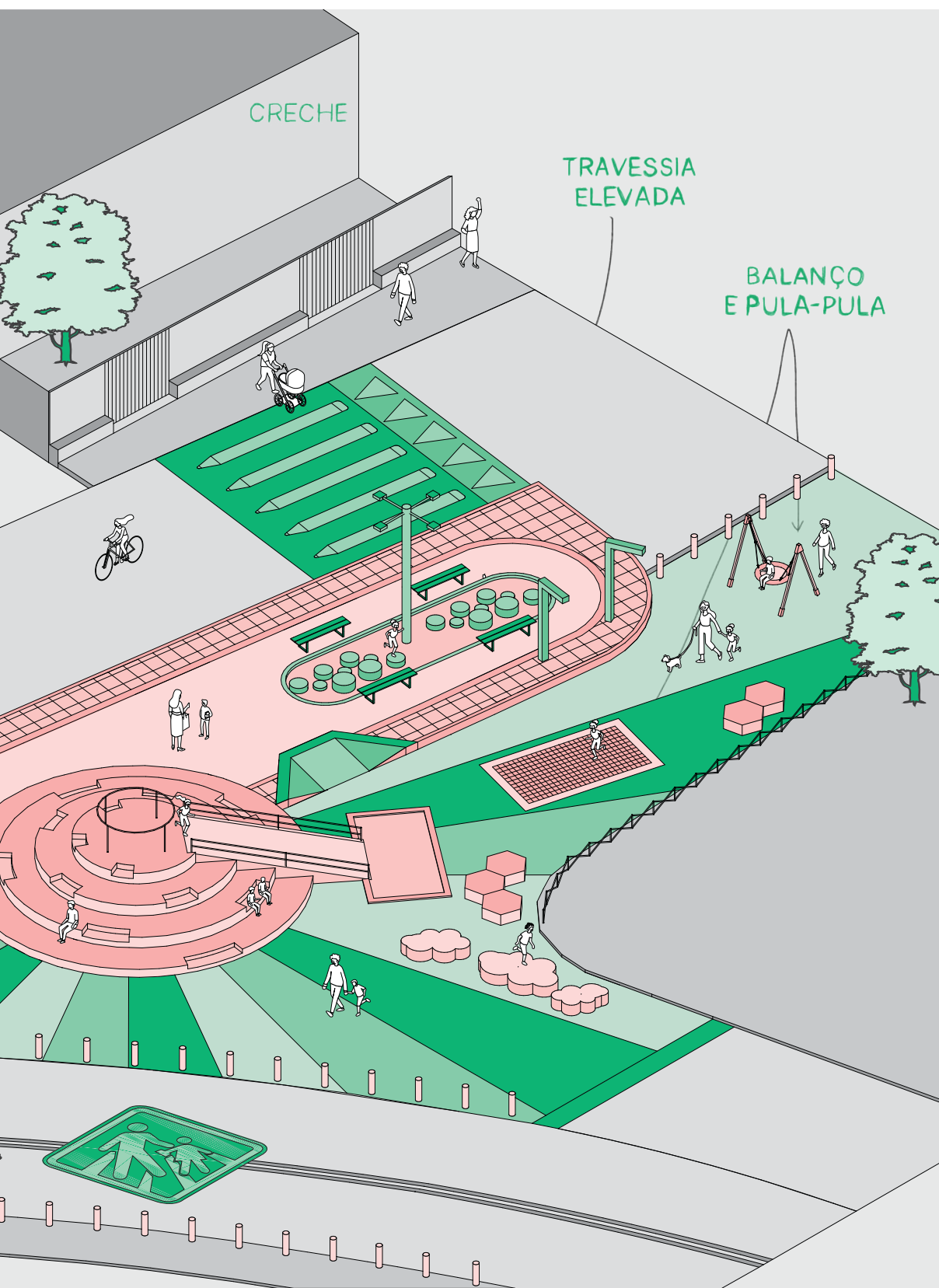
DEPOIS



A intervenção transformou uma das vias de carro na extensão de uma praça, garantindo um espaço de encontro e de brincadeiras ao ar livre. A arborização foi renovada, substituindo uma espécie invasora prejudicial à biodiversidade por uma espécie local, e dobrando o número de árvores plantadas. Fotos: Prefeitura de Sobral (acima) e Mikaelly Arruda (ao lado).

ESTUDO DE CASO





ESTUDO DE CASO



Um brinquedo circular em forma de arco-íris, configurando uma arquibancada junto com escorregador, foi desenhado pela equipe da prefeitura, aprovado pelas crianças e construído na praça. Outros brinquedos, como um grande balanço e um pula-pula, foram instalados, além de pinturas lúdicas. Todos os desejos trazidos pelas crianças na fase do processo participativo foram, de alguma forma, acolhidos. *Fotos: Mikaelly Arruda.*

“Fez-se com que o momento da chegada à escola fosse um momento de interação entre as famílias, as crianças e os cuidadores.”

Marília Gouveia, secretária de Planejamento Urbano e Meio Ambiente de Sobral (CE)

“Ao perceber que o projeto tinha potencial de transformar efetivamente o território, a equipe da prefeitura transformou algumas ações de urbanismo tático em intervenções permanentes, como a grande praça que se formou”, conta Marieta Colucci, urbanista e arquiteta do CECIP, e consultora do projeto em Sobral.

Resultado: velocidade mais baixa e mais tempo ao ar livre

Medições pós-projeto indicam sucesso nas estratégias de segurança viária: os carros hoje passam a uma velocidade média de 15,8 km/h e as motos a 19,82 km/h. E as crianças estão sempre pela praça. *“Todo dia quando pego as crianças na escola, elas correm para cá para brincar um pouco”,* relatou uma das mães entrevistadas. Um comerciante vizinho concorda: *“Antes das 7h já tem pais na pracinha com suas crianças para brincar antes da aula”.*

Entorno escolar seguro com praça da primeira infância

Tempo de desenvolvimento: Janeiro a maio de 2023.

Etapas percorridas: 1. Oficina de diagnóstico intersetorial com gestores > 2. Oficina de escuta infantil > 3. Elaboração de diretrizes > 4. Proposta de projeto > 5. Oficina de devolutiva com as crianças > 6. Implementação > 7. Avaliação > 8. Monitoramento.

Secretarias envolvidas: Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente (Seuma), Secretaria de Trânsito e Transportes (Setran), Secretaria de Infraestrutura (Seinfra), Secretaria de Educação (SME), Agência Municipal de Meio Ambiente.



3

Parques e pátios naturalizados



Garantir o direito da criança de acessar a natureza e viver em um meio ambiente de qualidade é essencial para que tenhamos crianças hoje e adultos no futuro com um desenvolvimento saudável e com real repertório estético e natural.

O caminho para isso é desafiador. **Segundo pesquisa da Children & Nature Network, uma criança hoje fica, em média, 44 horas por semana em frente a uma tela e menos de 10 minutos por dia brincando ao ar livre.**

A consequência de brincar tão pouco ao ar livre gera o Transtorno do Déficit de Natureza, termo cunhado por Richard Louv, jornalista e cofundador do Children & Nature Network para explicar a alta incidência de problemas físicos (como miopia e obesidade), mentais e comportamentais (como ansiedade, dificuldade de sono e hiperatividade) que aparecem com frequência nos consultórios pediátricos. Louv nos provoca a analisar o quanto estamos cada vez mais distantes da natureza no espaço urbano.

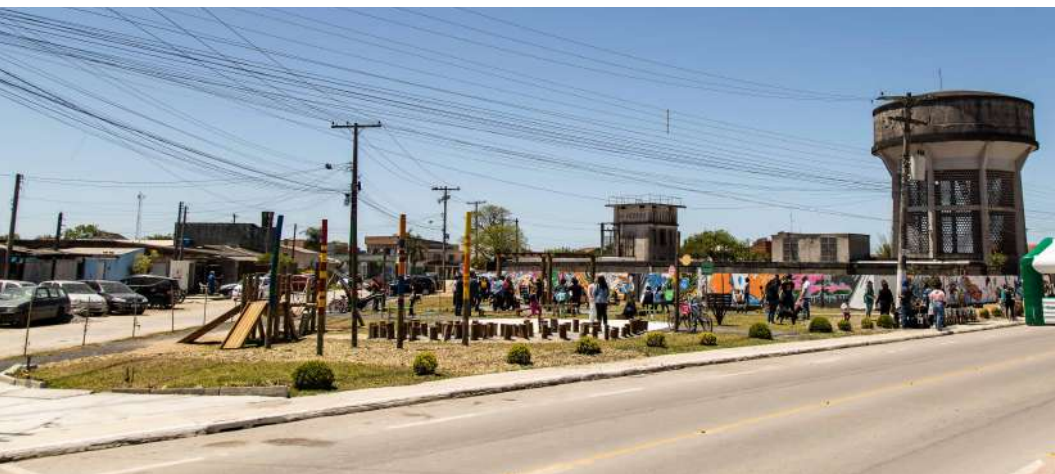
“A natureza precisa da criança e a criança precisa da natureza”, resume Paula Mendonça, coordenadora das áreas de educação e cidades no Programa Criança e Natureza, do Instituto Alana, um dos parceiros da Urban95 na implementação de espaços naturalizados.

Brincar com a natureza

“A ideia de implementar espaços naturalizados como política pública nasceu da busca por soluções para que a criança possa estar mais do lado de fora, ter um corpo mais ativo, ter mais liberdade, mais segurança e mais contato com a natureza, como um direito fundamental”, explica Paula.

Os brinquedos são desenvolvidos a partir de elementos naturais – principalmente troncos e materiais de poda, e também água, quando possível. A partir dos troncos, criam-se múltiplas possibilidades de descobertas para as crianças, arranjando-os de modo a permitir correr, escalar, passar por cima ou por baixo, equilibrar-se.

São os chamados brinquedos não estruturados, ou seja, que não ditam à criança exatamente o que ela deve fazer, mas deixam espaço para a imaginação. **A organização de um conjunto de troncos, por exemplo, pode incentivar atividades que trabalhem equilíbrio, funções motoras ou até mesmo constituir um pequeno auditório com diferentes alturas de assentos para diferentes faixas etárias.** Com o mesmo material, é possível fazer uma cozinha da floresta – uma cozinha de madeira com peças soltas da natureza em que a criança possa criar usando galhos, folhas, pedras etc. Quanto menos estruturados, mais esses elementos ampliam a imaginação.



O terreno de 1.300 m² do Microparque do Arvoredo, em Pelotas (RS), estava abandonado há mais de 30 anos e tinha diversos centros de educação infantil próximos, favorecendo tanto o uso do espaço quanto o processo de escuta das crianças para subsidiar o projeto do parque, realizado pelo escritório Estúdio+1. Um dos elementos mais citados durante o processo participativo foi a água, que foi incorporada ao projeto com uma fonte brincante. Na equipe da prefeitura, estiveram as secretarias de Gestão da Cidade e Mobilidade, Pacto Pelotas pela Paz, Qualidade Ambiental, Educação, Saneamento, Desenvolvimento Rural, Obra, Transporte e Trânsito, e Serviços Urbanos e Infraestrutura. *Foto: Michel Corvello.*

Os espaços naturalizados são um conceito inovador e quebram alguns paradigmas sobre espaços de brincar – em vez de um parquinho com brinquedos industrializados e em superfície concretada ou com materiais sintéticos, propõe-se a conexão com o verde. Essa mudança de perspectiva, muitas vezes, é vista com desconfiança pela população. Por isso, é importante incluir a participação da comunidade no processo, abordando questões de sustentabilidade, o contato com materiais naturais e o incentivo à criatividade. É importante, ainda, comunicar sobre os benefícios para as crianças e os adultos, com sinalizações nos espaços, por exemplo.

Os pátios e parques naturalizados são importantes ferramentas, ainda, para ações de adaptação e resiliência climática, como uma solução baseada na natureza.

Desemparedamento

Desemparedar as crianças significa literalmente tirá-las de dentro de espaços fechados, entre paredes, para aproveitar os espaços externos, dentro e fora das escolas. A palavra desemparedamento foi cunhada pela professora Léa Tiriba e inclui adotar práticas pedagógicas que favoreçam atividades ao ar livre, tanto para brincar quanto para aprender. *Fonte: Criança e Natureza/Instituto Alana.*

Pátios escolares naturalizados em Canoas (RS)

Com o investimento semente da Urban95, o município de Canoas implementou dois pátios escolares naturalizados em 2022 nas Escolas Municipais de Educação Infantil Terezinha Tergolina e Vó Nelsa, desenvolvidos em parceria com o coletivo Taboa e o Mãos Arquitetura. O município desenvolveu uma formação continuada com os professores discutindo dinâmicas de desemparedamento, para que os pátios se tornassem um espaço de atividades pedagógicas.

O sucesso da experiência, aliado às dinâmicas formativas, gerou uma demanda por mais pátios naturalizados por outras escolas, sempre tendo como base a escuta das crianças e da comunidade escolar. Juliana Silva, assistente pedagógica da Secretaria de Educação, enxerga uma mudança em relação à prioridade do contato da criança com a natureza e ao uso do material natural em detrimento de brinquedos pré-fabricados de metal e plástico.



Na Escola de Educação Infantil Vó Nelsa, em Canoas (RS), os arquitetos mesclaram alguns brinquedos tradicionais pré-existentes com novos equipamentos naturalizados, como uma tirolesa, troncos para se equilibrar e até uma caixa pedagógica de abelha sem ferrão. O sucesso dos dois primeiros pátios se refletiu na rede de educação infantil, com outros quatro em construção em 2024. Foto: Gabriel Abreu.

Pátios e parques naturalizados: principais características

Característica

Pátio



Manutenção

O ambiente é controlado e protegido no interior da escola, incluindo uma equipe de manutenção mais constante.



Intencionalidades

Tem uma intencionalidade pedagógica. Deve ser pensado como um espaço de construção de conhecimento, com experiências de aprendizagem direcionadas ou livres.



Escala

Normalmente são pequenos, limitando a variedade de brinquedos produzidos. Apesar disso, têm potencial de multiplicação entre os equipamentos, principalmente na rede de educação.



Engajamento

Necessário o envolvimento da comunidade escolar ou do serviço ali prestado, em casos de equipamentos da assistência social, por exemplo. Esse envolvimento garante o uso do espaço para práticas pedagógicas, além do cuidado cotidiano.



Riscos controlados

Por ser um espaço menor e com grande presença de adultos, é possível ousar mais nos brinquedos, incluindo aqueles com maior grau de risco.



Espécies plantadas

Árvores menores e frutíferas são as mais comumente escolhidas para os pátios, pelo espaço disponível e para incentivar colheitas e aprendizados.

Parque

Por ser um espaço público, tem um uso maior e necessita de materiais mais resistentes. Sua manutenção é mais frequente.

Em um espaço público aberto, a intencionalidade é do encontro e do lazer ao ar livre. Engloba também uma experiência de idades diversas com a natureza.

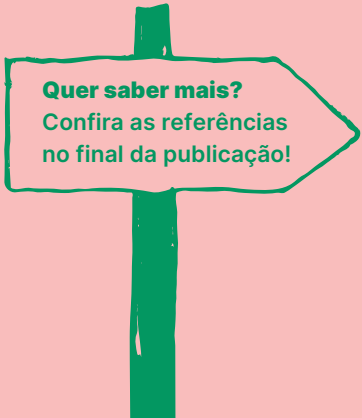
Por ser maior, permite incluir modos diversos de contato com elementos naturais brincantes, como áreas de bosque e espaços de passeio.

O engajamento tem uma escala maior, precisando reunir a comunidade do bairro para conhecer, utilizar e cuidar dos espaços – e, muitas vezes, também projetar e construir o parque junto, em processos participativos.

Muitas vezes, os brinquedos são utilizados sem a presença de adultos observando – por isso, são construídos com um grau de risco menor.

É possível trabalhar com mais diversidade de espécies, incluindo recuperação florestal e organizações diversas do espaço verde, como miniflorestas.

Fonte: Coletivo Taboa



Quer saber mais?
Confira as referências
no final da publicação!

ESTUDO DE CASO

Microparques naturalizados, Fortaleza (CE)



O LabiFor (Laboratório de Inovação de Fortaleza) trabalha projetos pilotos inovadores buscando atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) da Organização das Nações Unidas. Uma vez implementados e testados, esses projetos são expandidos pelas secretarias finalísticas. Neste sentido, buscando aumentar as áreas verdes da cidade, o LabiFor identificou, em 2020, lotes potenciais para transformação em espaços naturais ou áreas verdes para brincar, principalmente em zonas mais periféricas da cidade. Neste contexto, os microparques José Leon e Seu Zequinha surgiram como projetos piloto, incorporando a perspectiva da primeira infância e dos espaços naturalizados.

O microparque José Leon foi o pioneiro. Troncos, terra e folhas compõem os espaços naturalizados, enquanto desenhos coloridos de amarelinhas e um parquinho convencional com escorregadores e balanços equilibram a diversidade de propostas para as crianças. Há, ainda, equipamentos para públicos diversos, como mesas de xadrez, academia ao ar livre e equipamento de leitura.

O segundo microparque, o Seu Zequinha, tinha uma história de descarte de entulho de mais de cinquenta anos. Por isso, seu projeto incluiu a implementação de um ecoponto para tratar dos resíduos da área, o plantio

de uma mata ciliar considerando o rio que passa pelo terreno, além da construção de brinquedos a partir de resíduos da poda urbana, com o processo de formação conduzido pelo Coletivo Taboa em conjunto com o LabiFor. Nos dois microparques, houve uma arborização intensa.

O sucesso da experiência levou a Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente (Seuma) a dar escala aos espaços verdes: um edital foi organizado em 2022 para a criação de trinta microparques, que variam de 800 a 3.900 m².

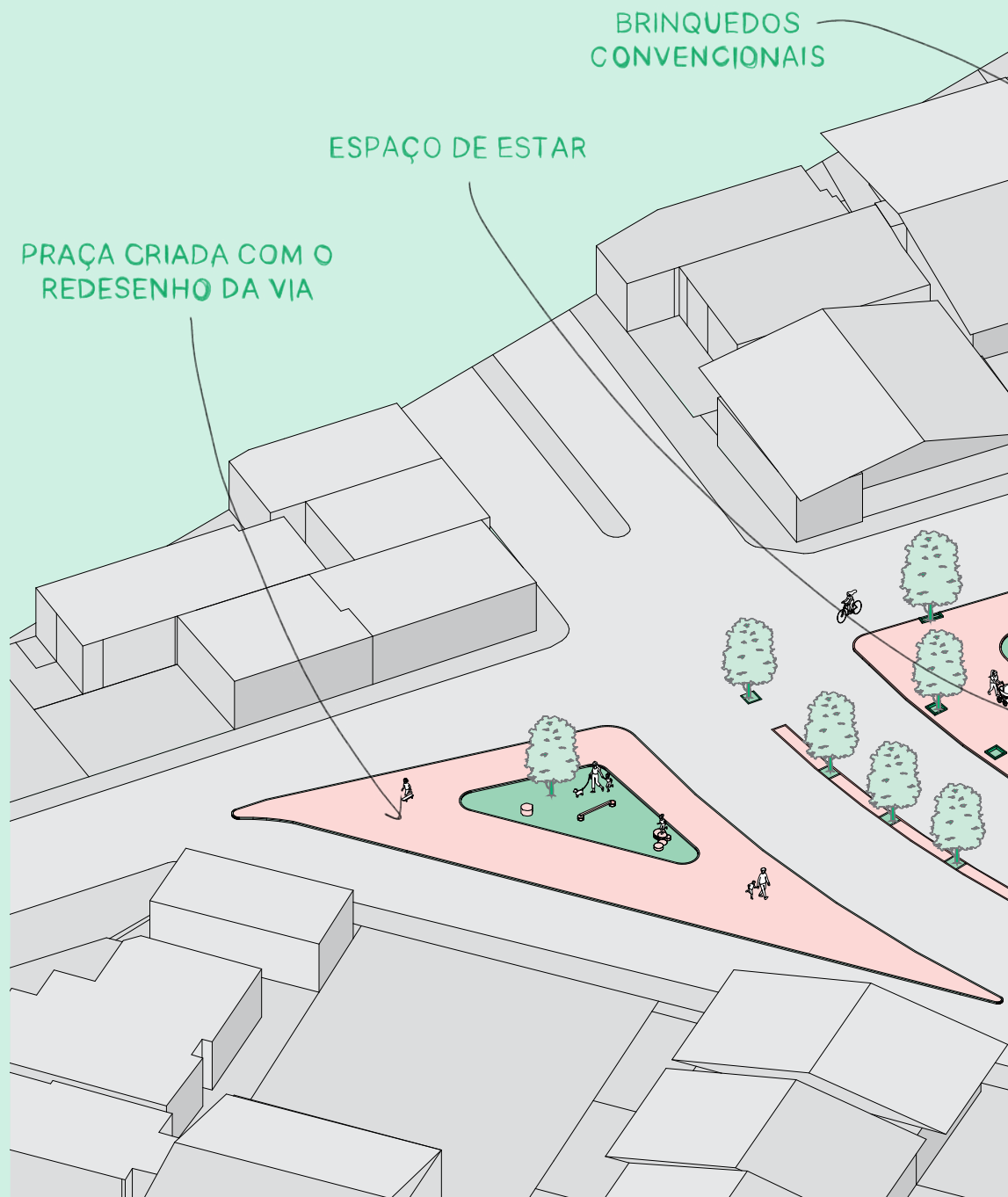
Os microparques de Fortaleza têm financiamento do Banco Mundial e, por isso, seguem um procedimento de licitação específico, em que a lei brasileira é utilizada de forma subsidiada. *“Fizemos essa escolha para que a empresa licitada pudesse também auxiliar no desenho dos microparques, porque os detalhes de cada espaço só são conhecidos depois do processo participativo com as crianças e a comunidade”*, explica Luciana Lobo, secretária de Meio Ambiente de Fortaleza. A entrega de todos os espaços deve acontecer em 2024.



A licitação de trinta microparques em Fortaleza (CE) incorporou critérios essenciais para a qualidade do processo, como o engajamento da comunidade, a participação das crianças da educação infantil e a presença de uma equipe de assistência social, contando também com educadores ambientais. *Fotos: Tibico (acima) e Escola de Notícias (ao lado).*

ESTUDO DE CASO

MICROPARQUE JOSÉ LEON





BRINQUEDOS
NATURALIZADOS

ARBORIZAÇÃO

ESTUDO DE CASO



Os projetos dos microparques levam em conta as características do terreno e do bairro onde estão. *“Em áreas maiores, é possível ter uma combinação maior de elementos. Em um dos novos microparques, por exemplo, conseguimos fazer uma horta e a característica do local impactou nessa escolha”,* conta Luciana Lobo, secretária de Meio Ambiente de Fortaleza. *Foto: Tibico.*

Há uma série de estratégias a fim de garantir a manutenção dos trinta microparques. A empresa vencedora do processo de licitação para construção dos espaços tem também o compromisso de manter cada microparque por cinco meses após a entrega à população. Além disso, há um intenso trabalho social com cada comunidade em que os microparques são inseri-

“Priorizamos terrenos próximos a escolas de educação infantil municipais. Conversamos com as diretoras para avaliar o interesse de engajamento, essencial na fase de escuta e de utilização dos espaços”.

Luciana Lobo, secretária de Meio Ambiente de Fortaleza

dos, para aproximar os técnicos aos usuários do equipamento, promover um diálogo transparente sobre o processo e consolidar a formação de Conselhos Gestores. Outra iniciativa alinhada com o propósito da manutenção é o programa Juventude no Parque, financiado pelo Fundo do Meio Ambiente (Fundema). Esse programa é uma integração entre a Secretaria do Meio Ambiente e a Secretaria da Juventude, e oferece bolsas de formação a jovens estudantes da comunidade, sendo parte da carga horária destinada à manutenção dos parques.

O sucesso do projeto dos microparques é constatado por meio do uso intenso que os espaços inaugurados vêm apresentando, a satisfação relatada no depoimento dos moradores de seus entornos e por premiações internacionais, como o “AIPH Cidades Verdes2022” e 1º lugar do “Prêmio de Design Seul para a Sustentabilidade do Cotidiano 2023” (2023).

Microparques naturalizados

Tempo de desenvolvimento: 2020 (primeiro piloto) a dezembro de 2024 (previsão de finalização dos 30 microparques licitados).

Etapas percorridas: Projeto piloto: 1. Diagnóstico e seleção dos lotes > 2. Engajamento comunitário > 3. Processo participativo com crianças > 4. Infraestrutura dos lotes > 5. Implementação dos parques > 6. Avaliação. Ganho de escala: 1. Licitação > 2. Sensibilização e capacitação das equipes de implementação > 3. Envolvimento das escolas dos entornos > 4. Processo participativo > 5. Projeto > 6. Implementação > 7. Manutenção > 8. Avaliação > 9. Monitoramento.

Secretarias envolvidas: Fundação de Ciência, Tecnologia e Inovação (Citinov), Secretaria Municipal do Urbanismo e Meio Ambiente, Autarquia de Urbanismo e Paisagismo de Fortaleza (URBFor), Secretaria Municipal da Educação, Autarquia Municipal de Trânsito e Cidadania, PAITT (Plano de Ações Imediatas de Transporte e Trânsito de Fortaleza).

ESTUDO DE CASO

Pátio escolar naturalizado, Benevides (PA)



O primeiro pátio naturalizado implementado em Benevides foi o do Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Isaura de Queiroz, que teve consultoria do Coletivo Taboa e do Instituto Alana. O projeto começou com a sensibilização da comunidade escolar, incentivando-a a utilizar o pátio como um espaço educativo, além de falar sobre a importância do contato da natureza e sobre medos que comumente aparecem, como o de a criança se machucar.

Um passo importante nessa fase é a observação do comportamento das crianças ao ar livre para entender seus interesses quando têm autonomia e estão em contato com elementos da natureza. Esse processo também funciona para incentivar os educadores a trazer a sua realidade ao ambiente pedagógico, reconhecendo características das suas vivências com a natureza.

Além da Secretaria de Educação, estiveram próximos ao projeto a Secretaria de Obras e de Meio Ambiente, assim como o Centro de Formação e Pesquisa. É a Secretaria de Meio Ambiente, afinal, a responsável pela gestão

A interação entre as crianças teve melhorias provocadas pela experiência com a natureza. O toque na terra e as brincadeiras com elementos da região aproximaram as crianças da cultura local. Todos os elementos naturais entraram na rotina e passaram a ser usados na metodologia de ensino. *Fotos: Karla Reis.*



da poda no município, função essencial para construção dos espaços naturalizados – pois a maioria dos materiais utilizados vêm de podas da cidade ou de árvores caídas.

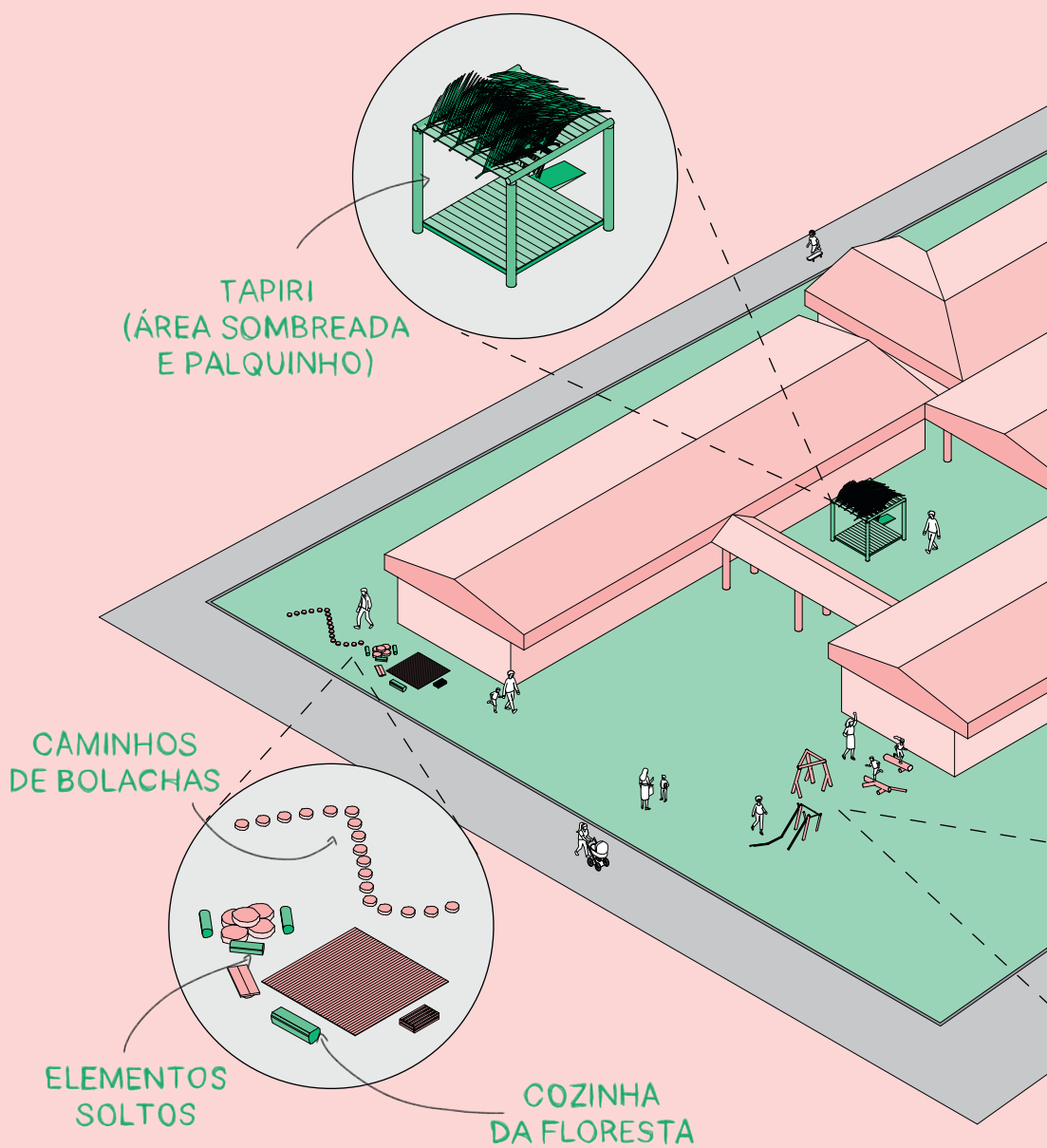
No CMEI Isaura de Queiroz, a equipe encontrou um solo que encharca com muita facilidade, o que dificultava a arborização e criava muitas poças após as chuvas tradicionais da região. A solução foi focar em outras estratégias – uma delas foi a utilização de serragem para a criação de caminhos.

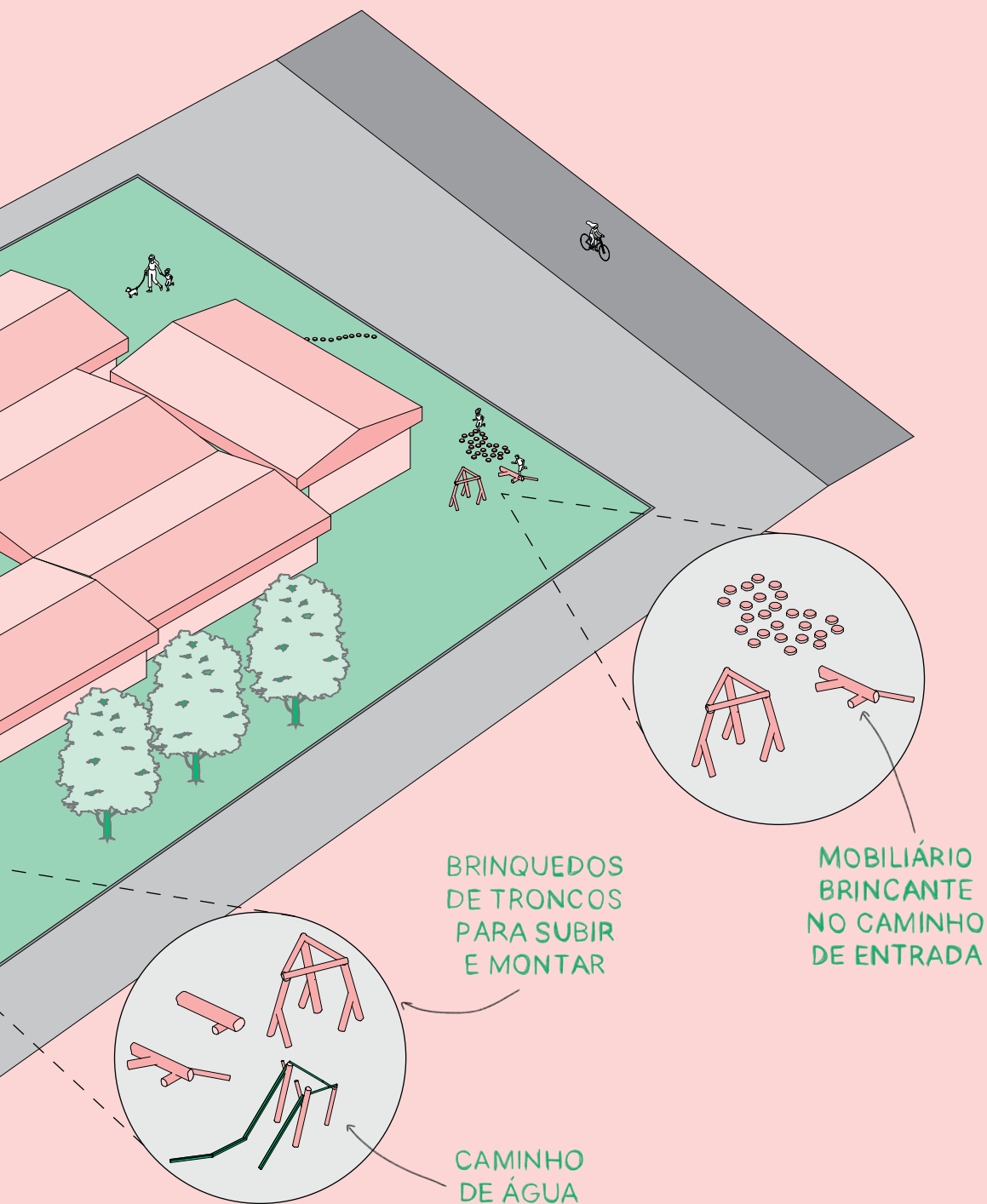
“Entender as intencionalidades do lugar nos ajuda a decidir sobre quais elementos e brincadeiras o pátio terá. Em Benevides, encontramos muitos troncos bifurcados de poda que, quando instalados juntos, lembram as raízes aéreas dos mangues. Trouxemos, assim, referências visuais da região”, conta Guilherme Blauth, do Coletivo Taboa.

Outros elementos presentes foram a cozinha da floresta, a instalação de uma tapiri – uma construção coberta num formato conhecido da região, normalmente usada em vendas informais e que, na escola, proporcionou

ESTUDO DE CASO

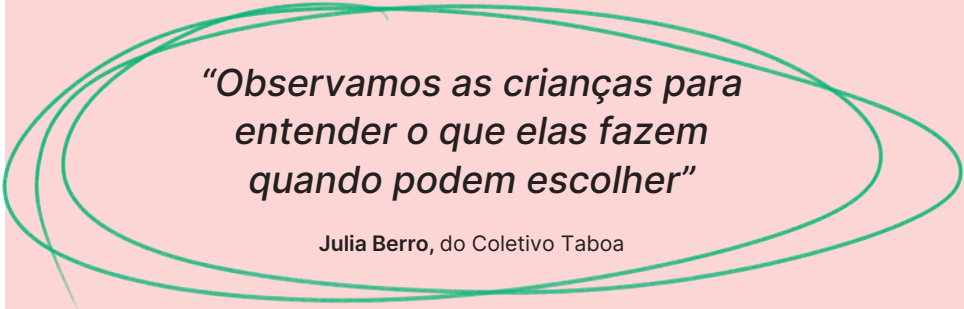
CMEI ISAURA
DE QUEIROZ





área sombreada e um palquinho –, além de um caminho de bolachas feitas de toras que ligam a entrada ao fundo da escola, onde está o pátio. Esse caminho levou a linguagem dos pátios naturalizados aos cuidadores – uma ideia que veio da Myrna Menezes, a gestora da escola, num convite aos pais que vinham buscar as crianças a entrar na unidade.

As crianças têm levado os conhecimentos adquiridos na escola para casa, ajudando os pais a reconhecer possibilidades de brincar e aprender de forma naturalizada. Isso faz com que a população enxergue o próprio quintal de casa como um mundo de possibilidades para a criança.



“Observamos as crianças para entender o que elas fazem quando podem escolher”

Julia Berro, do Coletivo Taboa

Para 2024, o plano é trazer para todos os quatro CMEI's equipamentos naturalizados e fazer uma formação para os professores. Posteriormente, serão contempladas escolas em tempo integral, trazendo o contato com a natureza para o currículo dessas escolas. A terceira etapa será abordar as Escolas Municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental (EMEIF's). Até o final de 2024, a meta é implementar o desemparedamento e os espaços naturalizados em todas as 32 unidades de educação da cidade.

Pátios naturalizados

Tempo de desenvolvimento: Abril de 2023 a dezembro de 2024.

Etapas percorridas: 1. Sensibilização e capacitação das comunidades escolares > 2. Capacitação das equipes de implementação > 3. Implementação do projeto piloto > 4. Ampliação em fases: centros de educação infantil, escolas de educação integral e outras escolas municipais com educação infantil.

Secretarias envolvidas: Secretaria de Educação, de Obras e de Meio Ambiente e Centro de Formação e Pesquisa de Benevides.

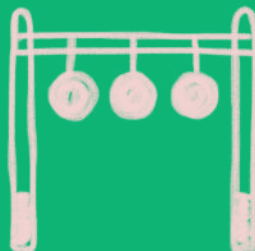
Os pátios naturalizados repercutiram de forma importante no ensino, uma vez que modificaram a rotina de alunos e professores. Brinquedos de plástico deram lugar a brinquedos de madeira e outros materiais naturais, e os momentos de ida ao pátio viraram momentos de aprendizado. *Fotos: Karla Reis.*





4

Praças da infância



O espaço de uma praça carrega um potencial transformador capaz de qualificar significativamente o meio urbano em que está. A praça não é apenas um local de descompressão, é também um ponto de referência, um ambiente para o convívio e até um promotor de novos trajetos, permitindo que o caminhar a pé pelo bairro seja mais agradável. Essas características, quando observadas pela ótica da primeira infância, adquirem um poder ainda maior de transformação da cidade, ao incentivar as brincadeiras e as experiências ao ar livre e a ocupação do espaço urbano pelas crianças pequenas.

O desenvolvimento de uma praça com foco na primeira infância apresenta o desafio de tornar esse local inclusivo, que acolha não apenas bebês e crianças, mas também seus cuidadores e outros adultos. **A atratividade do ambiente para os adultos que acompanham as crianças desempenha um papel fundamental, impactando tanto na decisão do cuidador de levar a criança à praça quanto no tempo de permanência ao ar livre.**

Alguns municípios vêm testando a transformação de suas praças para atrair mais a primeira infância. É o caso de Uruçuca (BA), uma cidade que, apesar de ter muitas praças, poucas possuem lugares de brincar para crianças de primeira infância e locais de encontro para os cuidadores – resultando em espaços normalmente vazios.

Com a vontade de ver resultados em curto prazo e pouco orçamento em mãos, a equipe da cidade, liderada pela diretora de Cultura, Livia Barbosa, optou por intervenções com urbanismo tático e mutirões, envolvendo as escolas de educação infantil para os processos participativos. Uniram-se ao projeto as secretarias de Educação e de Infraestrutura e, para apoiá-los, juntaram-se o CECIP, o Laboratório da Cidade e Maia Lafer, consultora de urbanismo.

A estratégia de intervenção começou com a análise das praças, levando em conta a proximidade de equipamentos de educação infantil, para que as praças funcionassem como pontos de encontro antes e depois das aulas. Foram selecionadas a praça do Gás e a Evandro Magalhães. As intervenções foram baseadas em três itens-chave: brinquedos construídos com madeira, espaços de encontro e pinturas lúdicas.

A proposta fortaleceu-se diante dos resultados: as praças anteriormente subutilizadas transformaram-se em espaços vibrantes, envolvendo a comunidade em uma variedade de atividades. Vizinhos passaram a cuidar das praças, que viraram ponto de encontro.



O projeto de requalificação das praças em Uruçuca (BA) compreendeu quatro etapas: escuta das crianças e de cuidadores, elaboração de projeto, devolutiva para as crianças e cuidadores e aprovação final. Com o projeto aprovado, as equipes se reuniram em cinco dias de mutirão, onde os brinquedos foram construídos na hora com apoio da comunidade, incluindo as crianças. Foto: FujaBR.



A opção por utilizar o urbanismo tático nas requalificações da praça foi para testar soluções e avaliar se o uso dos espaços iria crescer após as intervenções, comprovando a hipótese de que faltavam espaços para as crianças brincarem ao ar livre na cidade. Fotos: Laboratório da Cidade (no alto) e FujaBR (acima).

Praça para a primeira infância em Colinas (RS)

Um grande espaço arborizado, sem mobiliário, com pouca utilização pela comunidade e bem ao lado de uma escola de educação infantil: era o local ideal para se transformar na nova praça para a infância de Colinas.

Entre 2022 e 2023, a equipe do CECIP e o escritório Mãos Arquitetura conduziram um processo de escuta das crianças da cidade para saber o que elas gostariam de ter no local. O projeto, então, foi criado – e aprovado – a partir dos desejos delas, mesclando brinquedos construídos em madeira com elementos não estruturados feitos de troncos de poda. O trajeto entre a praça e a escola ainda recebeu intervenções de urbanismo tático para segurança viária e pinturas lúdicas envolvendo a comunidade, realizadas em parceria com o projeto de extensão Interarte, da Universidade do Vale do Taquari (Univates), que transformaram a rua próxima à escola municipal de educação infantil em um percurso de pertencimento para as crianças.



A praça Iria Scheer, em Colinas (RS), passou a ser utilizada também pela escola de educação infantil que fica ao lado, fortalecendo a relação da escola com o território do entorno e conectando as crianças com a natureza. Foto: Marciane Kalkmann.

Pilares para Praças da infância



Diversidade de brinquedos

Quanto mais brincadeiras diferentes, mais tempo a criança passa ao ar livre. Isso significa oferecer diversidade de opções: espaços naturalizados, parquinhos tradicionais, brincadeiras com a topografia etc. Atenção para oferecer mobiliários para diferentes faixas etárias, sem se esquecer dos bebês.



Sombra

Espaços de sombra garantem temperaturas mais amenas e promovem mais tempo de permanência. Podem ser com as próprias árvores, com pergolados ou outros tipos de coberturas.



Bancos

Oportunidades de sentar são sempre bem-vindas para os cuidadores – de preferência perto dos espaços de brincar, onde seja possível acompanhar as crianças. Bancos com encosto são mais confortáveis para garantir um tempo maior de permanência.



Água e luz

Para lavar as mãos, para beber e até para brincar, ter água por perto é essencial para quem está com bebês e crianças. A iluminação também é importante para a sensação de segurança de noite.



Pisar na grama

Projetar uma boa quantidade de espaços verdes na praça é importante para a permeabilidade do solo e para o contato direto com a natureza.



Manutenção

Um cronograma de manutenção das praças garante a frequência constante de crianças e cuidadores, e um espaço seguro.

ESTUDO DE CASO

Praças da Infância, Recife (PE)



As Praças da Infância constavam no plano de governo do atual prefeito de Recife entre os investimentos para a primeira infância, com a visão de criar ou requalificar praças pela cidade, proporcionando a todas as crianças a oportunidade de brincar em espaços próximos às suas casas. Para tornar as praças realidade, formou-se um grupo de trabalho intersetorial, liderado pelo gabinete da vice-prefeitura junto com as secretarias municipais e coordenado pela Agência Recife para Inovação e Estratégia (Aries).

O primeiro passo foi mapear as praças que precisavam de reabilitação e os espaços subutilizados que poderiam se transformar em praças, distribuindo as intervenções de maneira equilibrada pelos territórios. Nesse momento, a parceria com a Urban95 foi estabelecida, e o Estúdio +1 tornou-se parceiro técnico para desenvolver a primeira praça e criar um guia para orientar a construção dos outros espaços.

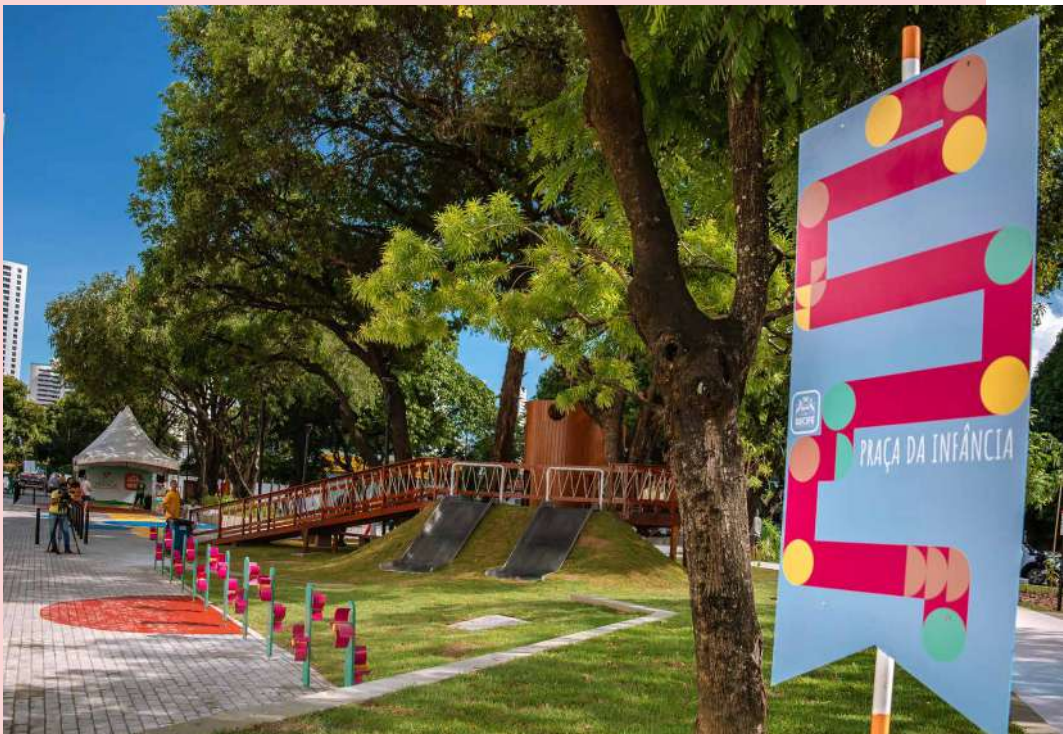
Praças P, M e G

As equipes municipais trabalharam em conjunto desde o início, definindo os locais das praças, as abordagens, o desenvolvimento de projetos, a apresen-

tação à comunidade, a construção e a manutenção pós-entrega. No desenho das praças, por exemplo, a prefeitura sugeriu integrar elementos naturais, ao que o Estúdio +1 adicionou camadas culturais e de encontros, optando pelo formato de círculo como base das propostas.

Os círculos, aliás, são o que mantém a identidade do projeto, mesmo em praças com topografias ou vegetação diferentes. É um elemento que vem das cirandas, das rodas de conversa e da contação de histórias, e passou a ser a forma básica na organização e no dimensionamento dos espaços. A composição entre diversos círculos permite combinações que criam diversidade de áreas e de acabamentos, incentivando a interação.

Para atender a uma variedade de lotes, considerando dimensão física, inserção urbana e relações entre espaços, o guia para a implementação das Praças da Infância propõe uma classificação desses círculos por tamanho (P, M ou G) e por conteúdo (elementos ligados à água, à arborização e a descanso). Essa classificação ajuda a selecionar os elementos que serão aplicados em cada praça.

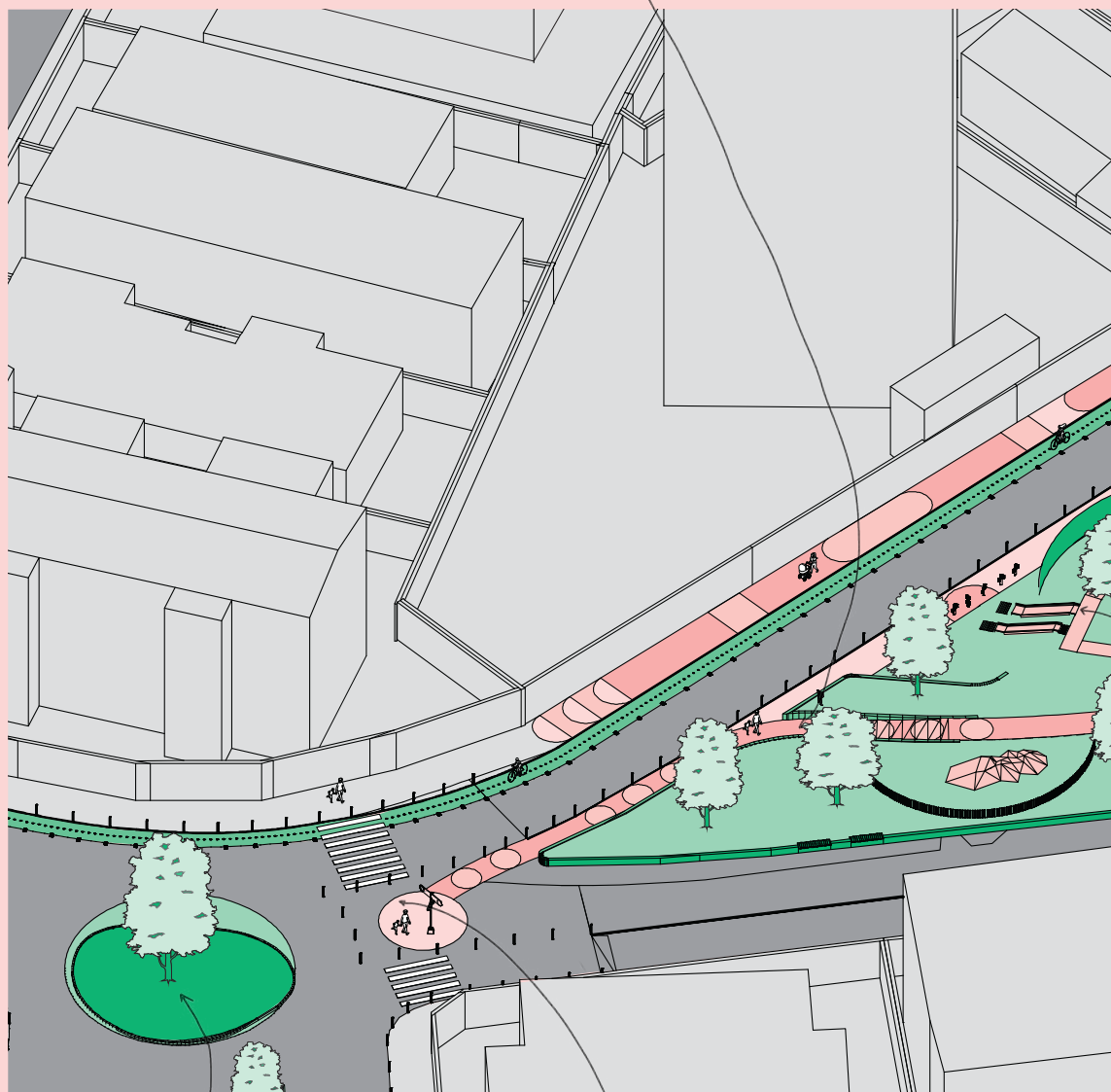


O espaço físico da praça existente trouxe muitas ideias para o projeto. A posição das massas das arbóreas e das clareiras ajudaram a setorizar áreas e o relevo natural motivou desníveis, rampas, subidas e descidas. Fotos: Paulo Melo.

ESTUDO DE CASO

PRAÇA DOM
MIGUEL VALVERDE

CAMINHO
ESTRUTURANTE

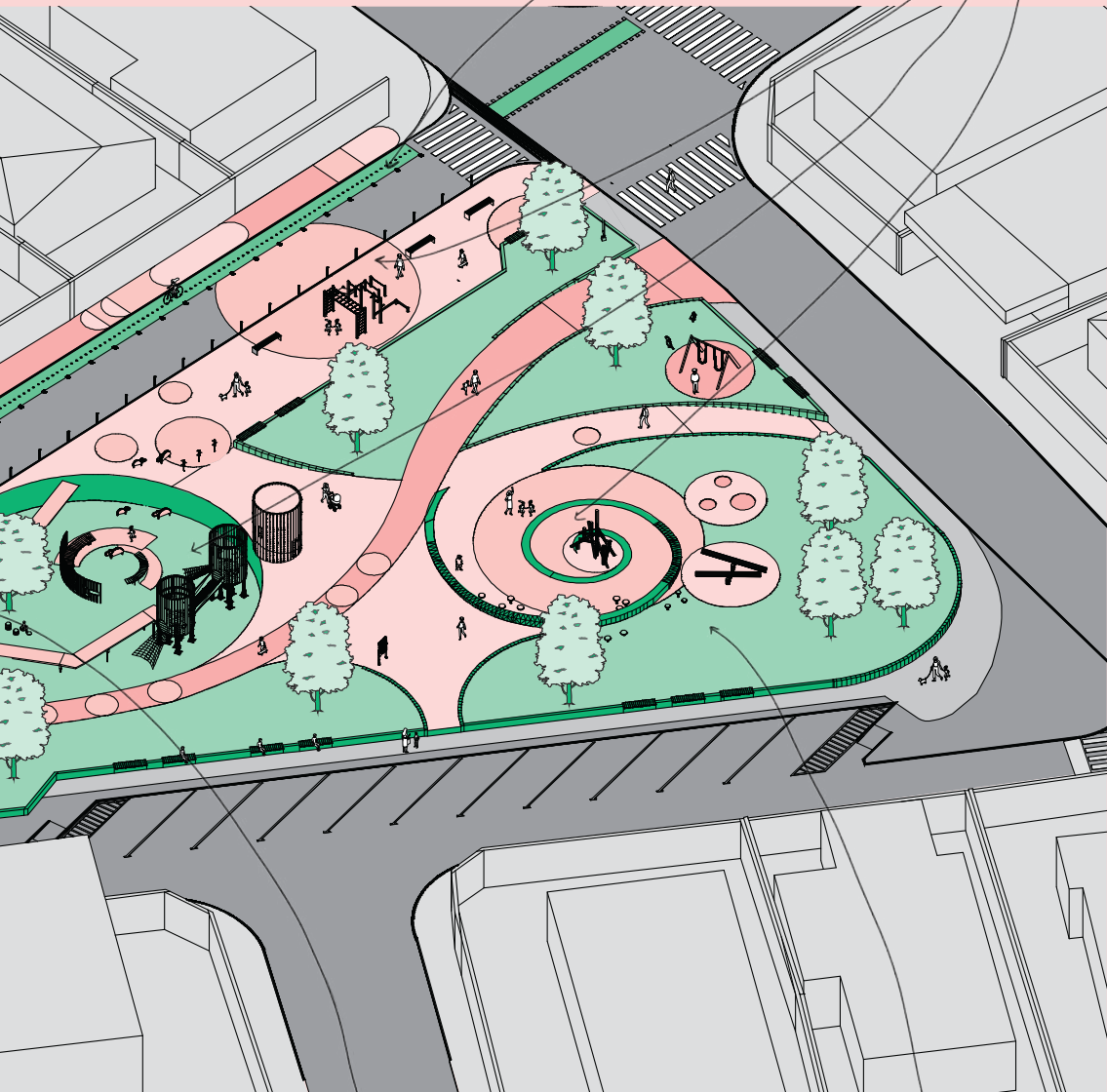


BAOBÁ

NOVA TRAVESSIA
(SEGURANÇA VIÁRIA)

CICLOVIA

CÍRCULOS
TEMÁTICOS



BRINQUEDOS COM
USO DO RELEVO
EXISTENTE

CANTEIROS
COM GRAMAS

As Praças da Infância de Recife são divididas em três zonas:



Zona prioritária

Áreas de protagonismo das crianças e cuidadores, que têm liberdade e conforto total, nas quais o foco é a interação entre as crianças e o meio.



Zona de integração

Onde crianças e adultos interagem, mesclando atividades. Aqui, o convívio harmonioso é regra básica.



Zona de cuidado

Abrange o entorno das praças, considerando segurança viária, transporte, acesso à praça e diálogo com a cidade, além de suas relações com outras áreas verdes e elementos do entorno.

Projeto piloto

Localizada no bairro da Encruzilhada, vizinha de um mercado público e com vinte instituições educacionais num raio de 500 m, a praça Dom Miguel Valverde foi selecionada para ser o projeto piloto das Praças da Infância em Recife.

As escutas e as observações dos usuários e vizinhos da praça – incluindo crianças de uma escola de educação infantil na quadra ao lado – foram metodologias utilizadas para um primeiro diagnóstico. Descobriu-se que o espaço era bastante utilizado por caminhoneiros que realizam fretes para o mercado, e por usuários de drogas. Os caminhões foram realocados para outro espaço e, com a requalificação da praça e o aumento do uso por crianças, os usuários de drogas não estão mais por ali.

As atividades propostas no projeto da primeira Praça da Infância incentivam a exploração de diferentes ambientes, em diferentes níveis. Um caminho estruturante liga o trecho próximo a um grande baobá com a área interna da praça, com atividades e desafios concentrados em três círculos, com objetivos distintos: propiciar o contato próximo entre as árvores e as crianças,

formando um espaço de encontro e de sombra; trazer brinquedos que aproveitem o relevo e promovem o contato com o solo e com os desníveis; criar um lugar de encontro, aproveitando uma clareira existente.

Até o fim de 2024, a meta é entregar onze Praças da Infância. Luciana Lima, secretária executiva da Primeira Infância do Recife, relata que o guia e o sucesso da primeira Praça da Infância estimularam outras praças fora do programa a buscar melhorias. A Secretaria de Infraestrutura, por exemplo, planeja obras em 120 praças em 2024, com inspiração nos trabalhos desenvolvidos com foco na primeira infância.

Processo de licitação

Débora Feijó, da Secretaria Executiva de Infraestrutura, conta que o processo de licitação foi pensado para atender às especificidades propostas pelo guia. A Autarquia de Manutenção e Limpeza Urbana (Emurb) aproveitou que era preciso fazer um novo contrato de manutenção e requalificação dos parques, e optou por licitar separadamente, com um contrato único, a praça Dom Miguel Valverde, tendo como base o projeto do novo guia de praças.

Após a licitação e construção, a praça passou a ser um modelo para ser replicado no orçamento para as próximas Praças da Infância. Com o tempo, brinquedos e mobiliários que precisam de cuidados específicos foram separados do contrato geral para que fosse possível especificá-los de acordo com os conceitos que norteiam as Praças da Infância.

Hoje, as licitações das praças têm diversos elementos que saem do escopo generalista. Assim, a manutenção e a requalificação da infraestrutura são contratadas separadamente dos equipamentos, dos brinquedos e dos pisos que saem do padrão.

Praças da Infância

Tempo de desenvolvimento: Desde agosto de 2021.

Inauguração da primeira praça: Março de 2023.

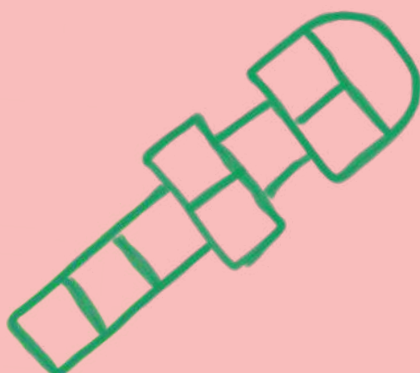
Etapas percorridas: 1. Diagnóstico das praças do Recife > 2. Desenvolvimento da identidade e comunicação visual > 3. Seleção da primeira Praça da Infância > 4. Ação social > 5. Desenvolvimento do desenho urbano das Praças Tipo (P, M e G) > 6. Desenvolvimento do Manual de Aplicação da Identidade Visual > 7. Obras > 8. Avaliação > 9. Monitoramento > 10. Escala.

Secretarias envolvidas: Gabinete da vice-prefeita, Secretaria de Governo e Participação Social, Gabinete do Centro, Secretaria de Infraestrutura, Autarquia de Manutenção e Limpeza Urbana (Emlurb), Gabinete de Projetos Especiais, Secretaria Executiva de Inovação Urbana, Secretaria da Educação, Secretaria Executiva da Primeira Infância. Coordenação compartilhada com a Agência Recife para Inovação e Estratégia (Aries).



5

Equipamentos públicos



Os equipamentos públicos têm grande potencial de ativar os espaços adjacentes – como parques, praças, ruas ou percursos em seus entornos – como vimos nos capítulos anteriores. Esses equipamentos podem ser de áreas diversas: uma unidade básica de saúde onde os bebês vão receber as vacinas, um CRAS com atividades de fortalecimento de vínculo, uma creche, uma escola de artes para as infâncias, um equipamento de esportes... Se é um local que recebe gestantes, bebês, crianças pequenas e seus cuidadores, ele é um componente vital para criar um ambiente urbano agradável à primeira infância.

Como equipamento que recebe esse público de forma constante, é preciso atentar-se também para o seu interior: seus espaços levam em consideração bebês e crianças pequenas? Possui áreas que promovam ativamente o bem-estar, o conforto e o desenvolvimento integral das crianças? Atendem aos cuidadores com serviços simples como um trocador ou um sanitário família?

Pode parecer pouco, mas pequenas mudanças na forma de projetar ou de reorganizar essas edificações causam um grande impacto, inclusive, na frequência de uso dos serviços oferecidos. Uma criança pequena, por exemplo, tem dificuldades de ficar esperando em uma sala lotada sem atividades para ela; pode ter ainda mais medo de tomar vacina em um ambiente todo branco e opressor; um cuidador pode evitar ir a esses serviços com seu bebê se não se sente confortável para amamentar ou não tem onde trocar uma fralda.

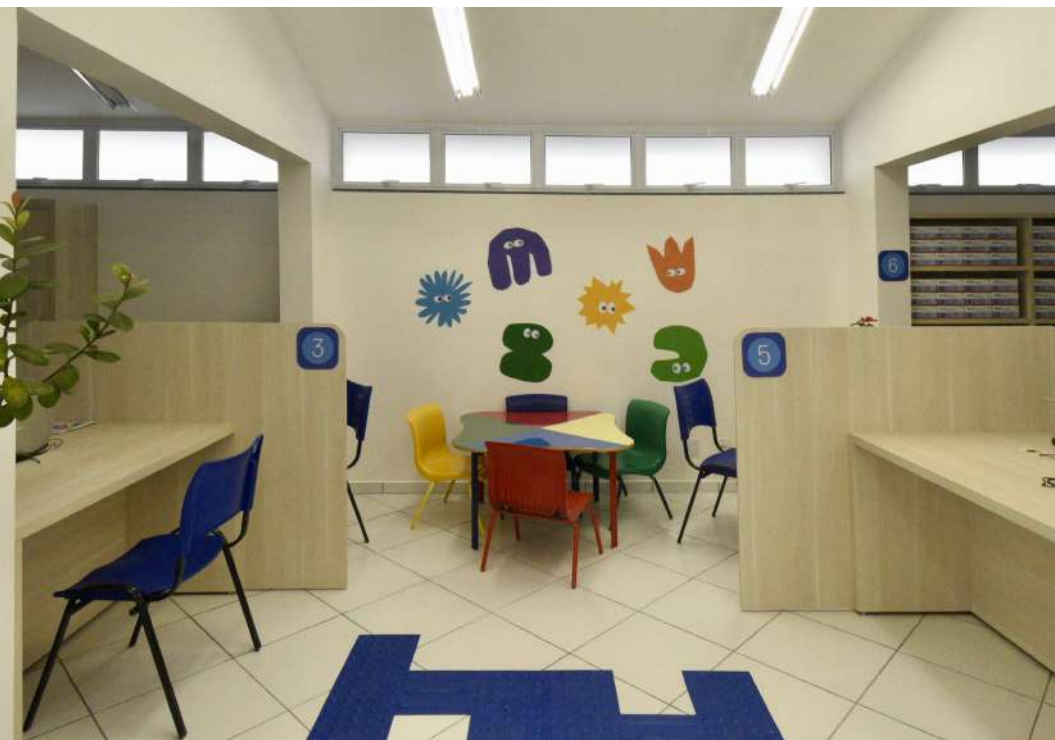
Quando falamos de equipamentos amigáveis à primeira infância, estamos falando de reequilibrar o olhar para esses espaços, entendendo que adaptações pontuais têm o potencial de receber melhor uma gama diversa de público.

Requalificação de equipamentos

Adaptar espaços existentes é uma alternativa para situações em que novas construções não estão nos planos. Para isso, é importante avaliar as características das edificações e quais adaptações são necessárias – muitas vezes, uma simples reorganização de espaços tendo a primeira infância como prioridade traz resultados importantes.

Em Jundiaí (SP), a Clínica da Família da Vila Hortolândia, por exemplo, trouxe algumas adaptações para receber bem as crianças. Além de pinturas lúdicas na fachada e nas paredes internas, um pequeno aquário no corredor chama a atenção dos pequenos. Mesinhas com materiais de pintura garantem um espaço para as crianças brincarem.

Outras equipes também têm olhado para os espaços livres dos equipamentos: pátios antes pouco utilizados se transformaram em espaços de brincar em contato com a natureza tanto no CRAS de Uruçuca (BA) quanto no CRAS Alto da Ponte em São José dos Campos (SP).



Um espaço na recepção com brinquedos, livros e materiais de pintura garantem que as crianças que chegam à Clínica da Família da Vila Hortolândia, em Jundiaí (SP), possam se distrair sem o uso de telas enquanto esperam atendimento. *Foto: Prefeitura de Jundiaí.*



Aproveitar os pátios dos equipamentos de assistência social é uma ótima estratégia para receber com conforto e ludicidade as crianças e famílias. No alto, um espaço naturalizado no pátio do CRAS Alto da Ponte, em São José dos Campos (SP), realizado por Rogério Mazzeo, com consultoria do Ateliê Navio. Acima, pátio no CRAS Maria dos Anjos, em Uruçuca (BA), com consultoria do Lab da Cidade. Fotos: Adenir Britto (no alto) e FujaBR (acima).

Pilares para equipamentos amigos da primeira infância

Ao projetar ou requalificar os equipamentos públicos, há uma série de quesitos que devem ser levados em conta para que o espaço seja amigável à primeira infância, que vão da acessibilidade a uma comunicação visual eficaz, passando por áreas ao ar livre, espaços arejados e um ambiente acolhedor e propício para a exploração.

Confira alguns itens prioritários ou desejáveis para esses espaços, baseados no “Checklist para Equipamentos Amigos da Primeira Infância” (Ateliê Navio e CECIP), que trabalha com um processo de pontuação para avaliar o quanto um equipamento está preparado para receber esse público.

☐ prioritários ☐ desejáveis



Espaços internos

- ☐ Acessibilidade
- ☐ Locais de descanso
- ☐ Fraldário/trocador
- ☐ Local confortável para amamentação
- ☐ Sanitário família
- ☐ Pinturas e grafismos brincantes
- ☐ Lixeiras acessíveis
- ☐ Mobiliários e bebedouros com altura adequada para crianças
- ☐ Cantinho para leitura
- ☐ Incentivo a brincadeiras e interações com a criança



Espaços externos

- ☐ Acessibilidade
- ☐ Sombra/arborização
- ☐ Espaços de brincar naturalizados
- ☐ Incentivo a brincadeiras e interações com a criança
- ☐ Horta
- ☐ Mobiliário com dimensões adequadas para a primeira infância



Comunicação visual

- ☐ Identificação visível do nome do equipamento
- ☐ Indicação de entrada
- ☐ Sinalização horizontal e vertical na área externa
- ☐ Comunicação inclusiva e acessível
- ☐ Totens interativos
- ☐ Incentivo a brincadeiras e interações com a criança
- ☐ Painéis de CAA (Comunicação Aumentativa e Alternativa)



Programação e atividades

- ☐ Programação cultural para gestantes, cuidadores e primeira infância
- ☐ Atividades ao ar livre para gestantes e primeira infância
- ☐ Programação educativa para gestantes, cuidadores e primeira infância



Entorno do equipamento

- ☐ Travessia de pedestres
- ☐ Rotas acessíveis
- ☐ Bicicletário ou paraciclo
- ☐ Ciclofaixas ou ciclovias
- ☐ Transporte público até 150 m do equipamento
- ☐ Mobiliário urbano básico (iluminação, lixeiras, bancos)
- ☐ Sombra/arborização
- ☐ Calçadas em boa condição
- ☐ Zona 30
- ☐ Áreas de brincar próximas
- ☐ Locais de descanso
- ☐ Incentivo a brincadeiras e interações com a criança
- ☐ Rotas caminháveis protegidas
- ☐ Divisão de fluxos (veículos, ciclistas e pedestres)

Fonte: Checklist para Equipamentos Amigos da Primeira Infância (Ateliê Navio e CECIP)

Quer saber mais?

Confira as referências no final da publicação!

ESTUDO DE CASO

Fábrica das Infâncias Japy, Jundiaí (SP)



O primeiro capítulo desta publicação traz como estudo de caso a Área da Infância Vila Arens, em Jundiaí (SP), dentro de uma zona prioritária da primeira infância. Ali, a Fábrica das Infâncias Japy é o equipamento público âncora do projeto de intervenção urbana. O antigo galpão de tecelagem foi doado à Fundação de Cultura da cidade e transformado na Fábrica das Infâncias Japy (2021) com o objetivo de se tornar um ponto de referência para as infâncias da cidade.

Funcionando como sede do Comitê das Crianças, a Fábrica abriga uma diversificada programação cultural destinada às crianças, às famílias atendidas pelo Programa Criança Feliz e às escolas públicas.

A adaptação do galpão foi concebida com o intuito de criar um espaço lúdico e educativo, que honrasse tanto a história da cidade de Jundiaí quanto as necessidades e a imaginação das crianças. O projeto do espaço foi realizado pelo Ateliê Navio em parceria com a iniciativa Urban95. Essa transformação envolveu a implementação de instalações cenográficas e de atividades projetadas para estimular o desenvolvimento físico, cognitivo e social dos visitantes.

O percurso foi desenhado para guiar as crianças por uma série de experiências, cada uma projetada para engajar diferentes sentidos e habilidades.

A adaptação do antigo galpão de tecelagem na Fábrica das Infâncias Japy foi pensada para promover interação, criatividade e aprendizagem com foco nas necessidades dos bebês, crianças pequenas e suas famílias. Estruturas permanentes e outras flexíveis permitem utilizar o espaço para diferentes atividades. *Fotos: André Albuquerque.*

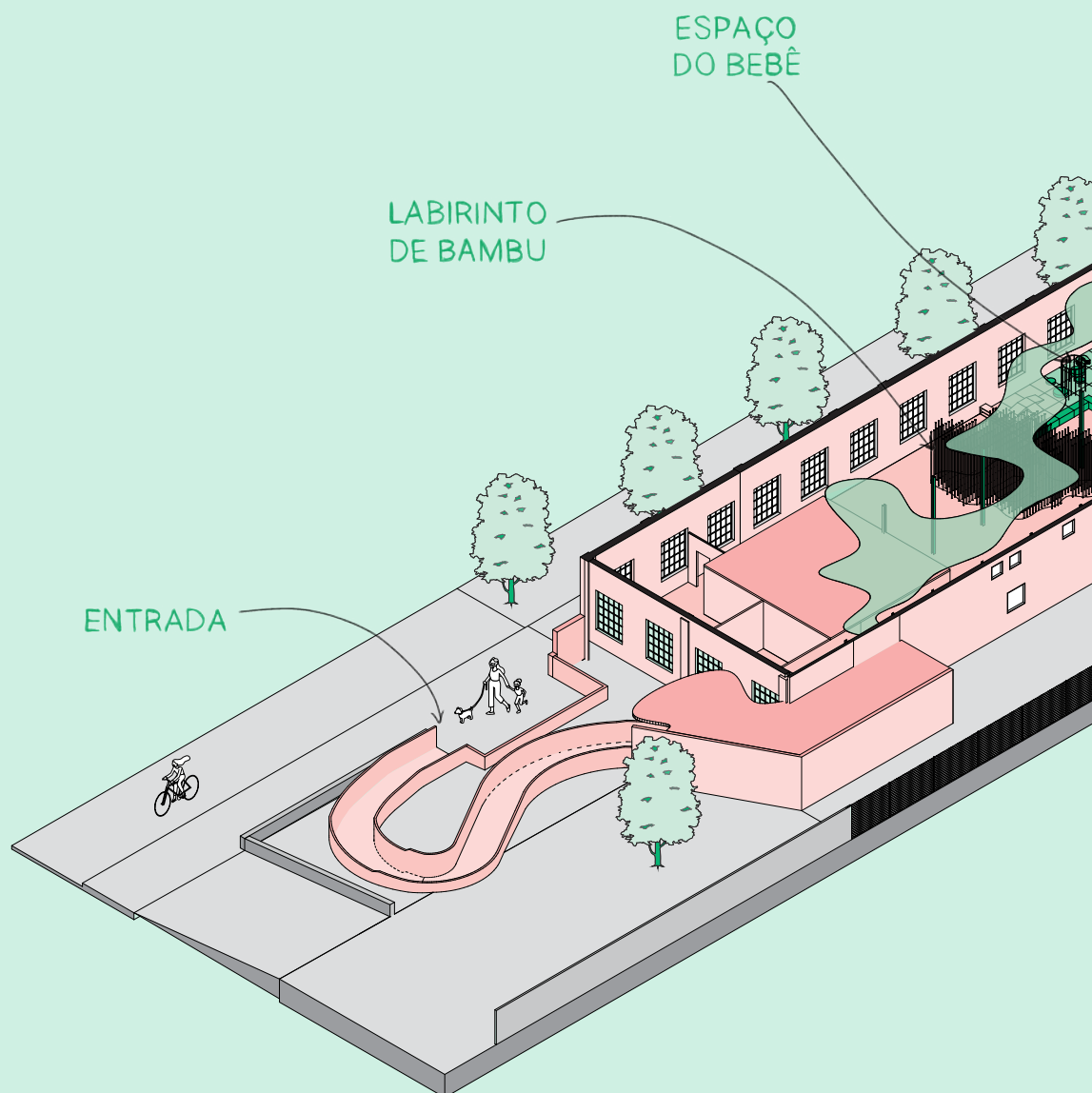


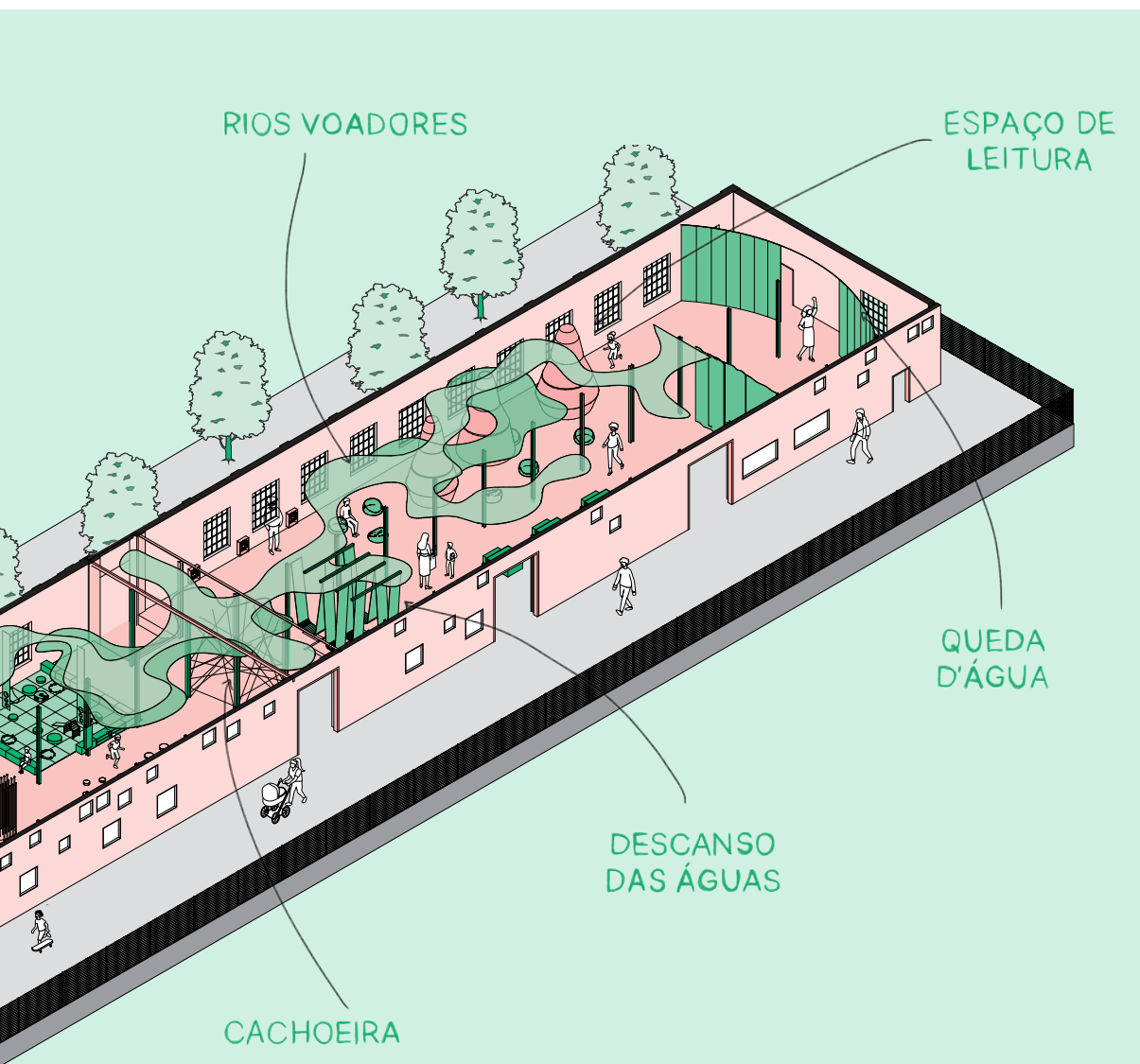
Elementos como bambus, tecidos e redes estimulam a interação contínua com o ambiente, proporcionando experiências sensoriais e motoras, e ainda fazem referência ao passado têxtil de Jundiá.

Intervenções físicas permanentes incluíram estruturas que suportam diferentes atividades. O labirinto de bambu, por exemplo, não apenas usa varas de bambu naturais e cabos de aço para sua construção, mas também se integra à estrutura do galpão, criando um espaço de jogo seguro e envolvente. Da mesma forma, o Espaço Bebê foi equipado com mobiliário de madeira e brinquedos soltos, criando um ambiente estimulante e seguro para os mais pequenos.

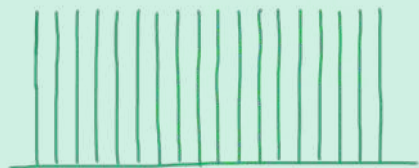
A escolha de cada intervenção física e a concepção das atividades foram guiadas pelo desejo de criar um ambiente que respeitasse e valorizasse a história do local, ao mesmo tempo em que oferecesse oportunidades ricas e diversificadas para o jogo e a aprendizagem. Além disso, a flexibilidade e a diversidade das instalações permitem uma variedade de usos e adaptações, garantindo que o espaço possa continuar a evoluir e a responder às necessidades da comunidade.

ESTUDO DE CASO



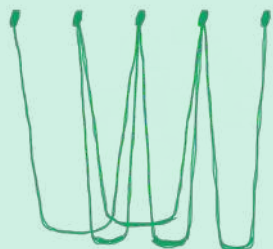


ESTUDO DE CASO



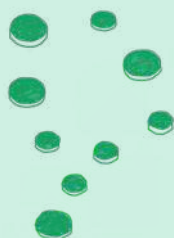
Labirinto de bambu

Estrutura que convida à exploração e ao jogo, encorajando as crianças a navegar por um percurso cheio de surpresas.



Descanso das águas

Inspirado nos rios, oferece um local de pausa e relaxamento, utilizando tecidos e redes para criar um ambiente tranquilo.



Ateliê naturalizado

Espaço para atividades artísticas e criativas, permitindo que as crianças interajam com diferentes materiais.



Espaço Bebê

Área segura e estimulante para bebês, com brinquedos e obstáculos adequados à faixa etária.



Espaço de leitura

Áreas aconchegantes em forma de cabanas, incentivando o prazer pela leitura e o desenvolvimento da imaginação.



Queda d'água

Intervenção que simboliza a água, elemento vital que percorre a história da cidade, configurando um espaço distintivo para apresentações e atividades em grupo.



O projeto de cenografia do espaço utilizou o conceito de costurar a relação entre o passado industrial do local e o presente cultural, escolhendo o rio – um elemento central na história da cidade – como símbolo dessa conexão. *Foto: André Albuquerque.*

Fábrica das Infâncias Japy

Tempo de desenvolvimento: Junho de 2021 a agosto de 2022.

Etapas percorridas: 1. Escuta e participação > 2. Coleta de dados > 3. Desenvolvimento do projeto > 4. Implementação > 5. Avaliação > 6. Monitoramento.

Secretarias envolvidas: Unidade de Gestão de Governo e Finanças, de Cultura, de Educação, de Inovação e Relação com o Cidadão.

ESTUDO DE CASO

Vagalume Saúde Infantil, Mogi das Cruzes (SP)

O edifício que antes recebia uma unidade de saúde da mulher precisava ser adaptado para receber, agora, o Vagalume, serviço de saúde infantil de Mogi das Cruzes (SP), que estava sendo ampliado. Foi a oportunidade de implementar os conceitos de espaços amigáveis à primeira infância pela equipe da Secretaria de Urbanismo da cidade, que teve consultoria do CECIP no desenvolvimento das soluções.

Segundo Fabiola Rodrigues, arquiteta e urbanista, e gerente de projetos da Secretaria de Urbanismo de Mogi das Cruzes, a abordagem do projeto partiu do entendimento de que um equipamento de saúde recebe a criança e seu cuidador num momento de fragilidade. *“Por isso, foi importante criar um espaço acolhedor, que minimize o impacto que a visita a uma unidade de saúde provoca na criança”,* explica.

Detalhes de projeto

Aliado à busca por um ambiente de calma e acolhimento, foram desenvolvidos espaços que trabalham a ludicidade. O edifício é composto por um vazio central de pé-direito alto e dois conjuntos de salas laterais. Neste vazio, estão os espaços receptivo e de espera, onde uma série de elementos buscam tornar o ambiente mais lúdico e alegre.

Aproveitando a estrutura de um pilar central, por exemplo, criou-se uma árvore que se conecta ao forro de gesso circular pintado de verde com iluminação embutida. No entorno dessa peça, há mobiliários coloridos de diversos tamanhos, incluindo sofás e pufes adequados a crianças e adultos.

Nas paredes, evocaram-se elementos reconhecíveis da cidade, como a Serra do Itapeti e o rio Tietê, instalados com alto-relevo para promover a interatividade das crianças com o ambiente. Nas alas laterais, trabalharam-se as cores na circulação e nas portas, com régua de altura para as crianças interagirem entre si e com os profissionais de saúde.



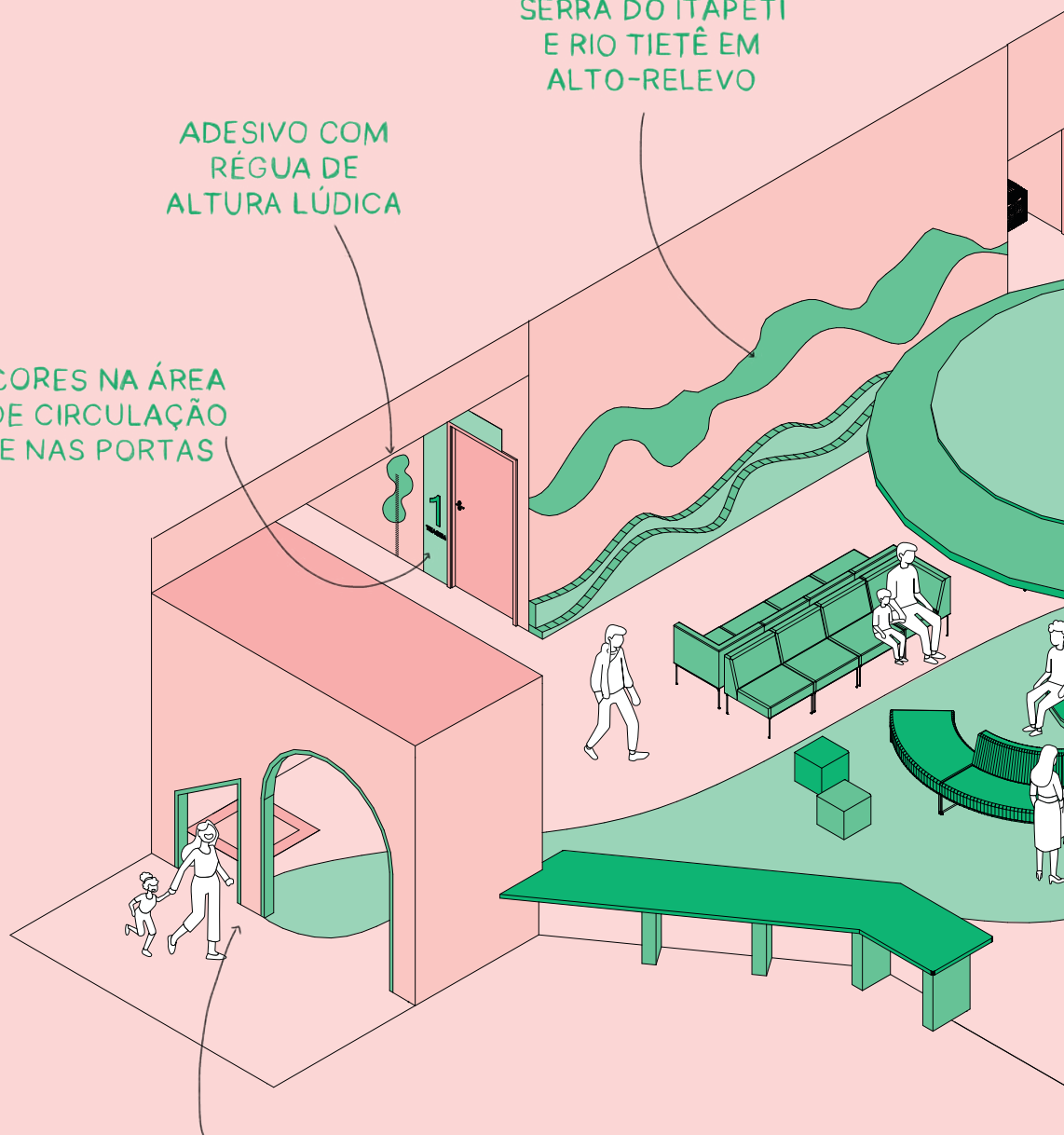
A entrada do Vagalume recebeu um portal com duas passagens de diferentes alturas, evocando a ideia de que o espaço está pensado para a escala do adulto e da criança. Já o teto da sala de observação – onde as crianças passam muito tempo deitadas – recebeu intervenções com referência ao sistema solar e luzes integradas às figuras das estrelas, satélites e planetas. *Fotos: Divulgação Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes.*

ESTUDO DE CASO

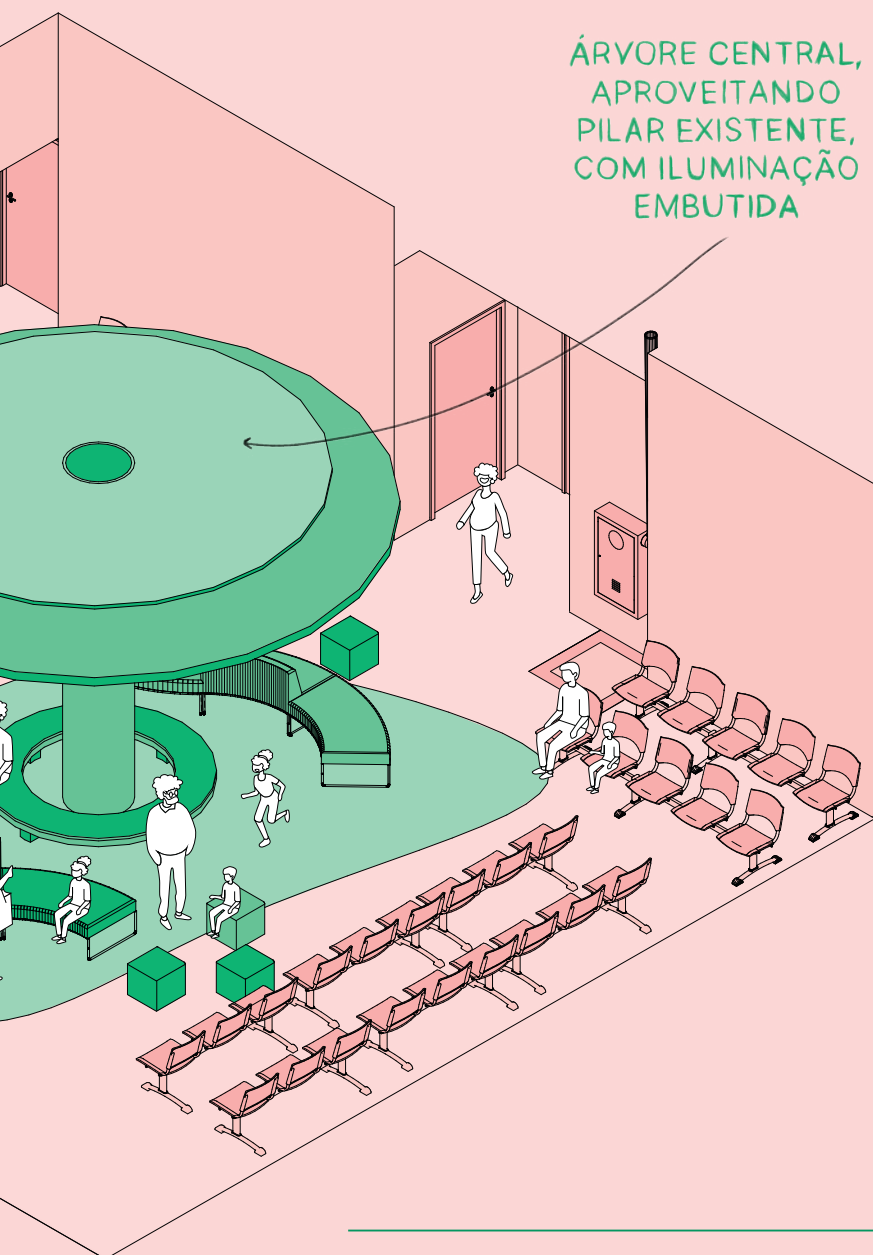
ILUSTRAÇÃO DA
SERRA DO ITAPETI
E RIO TIETÊ EM
ALTO-RELEVO

ADESIVO COM
RÉGUA DE
ALTURA LÚDICA

CORES NA ÁREA
DE CIRCULAÇÃO
E NAS PORTAS



ENTRADAS DE
DIFERENTES
ALTURAS



ÁRVORE CENTRAL,
APROVEITANDO
PILAR EXISTENTE,
COM ILUMINAÇÃO
EMBTIDA

Vagalume Saúde Infantil

Tempo de desenvolvimento: Julho de 2022 a março de 2023.

Etapas percorridas: 1. Concepção do projeto > 2. Execução da obra >

3. Instalação de mobiliário, equipamentos e comunicação visual >

4. Inauguração.

Secretarias envolvidas: Secretarias de Saúde, Urbanismo, Infraestrutura Urbana e Comunicação.

Proximidade é cuidado: cidades projetadas para a primeira infância

Por André Scarpa e Bianca Antunes

Três aspectos permeiam os projetos publicados neste volume e são chaves para que tenham sucesso e conquistem escala: a postura colaborativa com participação da comunidade – principalmente das crianças e de seus cuidadores –, o trabalho intersetorial envolvendo diferentes pastas da gestão pública e, claro, a inovação na forma de projetar, trazendo para o centro das decisões o uso da cidade por bebês, crianças pequenas e seus cuidadores.

O exercício de mudar o foco do projeto do cidadão comum – frequentemente um adulto sem filhos – para a primeira infância, extrapola o que normalmente se aprende nas salas de aula de arquitetura ou o que se faz no cotidiano de grandes empresas de projetos, mas é essencial para que tenhamos cidades mais diversas e inclusivas. Para se ter uma ideia, um adulto saudável percorre de 800 a 1.000 metros em dez minutos. Neste mesmo tempo, uma pessoa com carrinho de bebê percorre 300 metros; uma pessoa com uma criança de 2 a 3 anos anda 200 metros. E se essa pessoa estiver com uma criança de 3 a 6 anos – curiosa com o espaço ao seu redor –, elas percorrem apenas 150 metros.

Esses números nos mostram que, para ter uma cidade inclusiva, precisamos pensar na proximidade dos serviços e na facilidade de chegar até eles. Ao falarmos de bebês e crianças pequenas estamos falando também dos adultos que acompanham essas crianças – pai, mãe, avós, tios etc. São esses adultos que, afinal, decidem se levam ou não a criança à praça mais próxima ou como (e se) irão a uma consulta de saúde. Ou seja: projetar para as crianças passa por projetar para seus cuidadores, garantindo a sensação de segurança e de conforto nos espaços propostos.

É essa mudança de paradigma que vemos nos municípios que implementam os conceitos trazidos pela iniciativa Urban95. Quando a cidade de

Jundiaí (SP) cria uma Área da Infância, ela garante conforto e segurança na caminhabilidade e acesso a serviços. Quando Fortaleza (CE), Sobral (CE) ou Mogi das Cruzes (SP) transformam os entornos de suas escolas de educação infantil, elas garantem conforto e mais oportunidades de interação e de encontros entre as crianças e também entre os adultos. Isso reverbera em mais tempo ao ar livre e longe das telas, em mais brincadeiras, em mais sociabilidade e, consequentemente, em mais bem-estar tanto para as crianças quanto para seus cuidadores.

Movimento em todo Brasil

Há um movimento de transformação acontecendo em todas as regiões do Brasil. Os projetos destacados neste volume são apenas uma pequena seleção entre muitas outras iniciativas de investimento em espaços públicos com o olhar para a primeira infância. Iniciativas que, é importante ressaltar, enfrentam muitas vezes polêmicas ao colocar no debate público decisões sobre prioridades no uso do espaço público.

Este é o caso de Alcínópolis, uma pequena cidade no Mato Grosso do Sul, onde era impossível caminhar pelas calçadas arborizadas da escola na região central, pois eram utilizadas como estacionamento de carros. As crianças caminhavam pela rua, dividindo espaço com os veículos saindo da calçada, com outros passando pela via e com ônibus escolares estacionados. A decisão foi simples: deixar as calçadas para os pedestres. No início houve resistência de quem já estava acostumado a estacionar ali, mas a nova calçada virou ponto de brincadeiras e de encontros, e hoje há pedidos para transformar outros espaços da cidade.

ANTES



DEPOIS



A calçada para as crianças: em Alcínópolis (MS), uma decisão simples foi tomada para garantir a segurança dos alunos e criar espaços de encontros e de brincadeiras. Antes ocupada por carros, a calçada arborizada da escola ganhou pinturas e bancos lúdicos, e hoje é um espaço de interação entre crianças e cuidadores. *Fotos: Acervo CECIP e Alicce Rodrigues.*

Há, ainda, exemplos de inovação e democratização do debate, como o de Salvador (BA): para criar espaços de primeira infância em suas praças, a equipe do Núcleo de Primeira Infância e da Companhia de Desenvolvimento Urbano de Salvador (DESAL) se juntaram ao Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e à iniciativa Urban95 para organizar um concurso de mobiliário para a primeira infância. Foram 38 propostas recebidas. A proposta vencedora, assinada pela equipe formada por Alicia Teixeira, Nicolas Gonçalves e Paula Navarro, de Curitiba (PR), será implementada na cidade, e confeccionada pela DESAL, que mantém uma fábrica de mobiliários.

Um movimento semelhante vemos na busca por espaços verdes mais próximos e presentes no cotidiano da primeira infância. **O olhar inovador aparece novamente aqui, ao perceber que os pátios das escolas e de outros equipamentos públicos também podem fazer parte dos espaços verdes da cidade** – afinal, esses espaços contribuem para aumentar as oportunidades de contato com a natureza, de permeabilidade do solo e ser parte das estratégias de resiliência climática. É uma descoberta, também, para as escolas, que passam a ver os pátios como espaços pedagógicos. As cidades que implementam os conceitos da iniciativa Urban95 no Brasil têm cada vez mais aderido à naturalização de seus espaços escolares e equipamentos públicos, com projetos de escala e consolidação.



O projeto vencedor do concurso de mobiliário para a primeira infância de Salvador partiu de seis módulos adaptáveis a diferentes ambientes e que podem ter diversas combinações. As peças foram projetadas em concreto para serem construídas na fábrica da Companhia de Desenvolvimento Urbano de Salvador (DESAL), e foram pensadas para promover atividades como engatinhar, levantar, pular, correr, andar, sentar e equilibrar. Foto: Divulgação Alicia Teixeira.



Cascavel (PR) tem investido na multiplicação de pátios naturalizados em equipamentos públicos, incluindo na lista, além dos pátios escolares, os espaços verdes de equipamentos da assistência social, como os Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Convivência Intergeracional (CCIs), que ofertam atividades regulares para a primeira infância. Foto: Alini Bianco/Assessoria de Comunicação/Semed Cascavel.

Trabalho em conjunto

A mudança na forma de pensar para quem protejamos a cidade também reverbera na questão de como e com quem projetamos. **Neste sentido, o trabalho do arquiteto e do urbanista não é solitário, tampouco fruto da ideia de um artista: é compartilhado, participativo e intersetorial.**

Intersetorial, principalmente, no que tange às diversas áreas do poder público que precisam estar envolvidas para que os resultados sejam alcançados. Em cada projeto destacado neste volume, a intersetorialidade está presente, com envolvimento, principalmente, das secretarias de infraestrutura, urbanismo, trânsito, meio ambiente e educação.

Em muitos projetos, consultores externos se juntam, agregando mais um ator que equilibra o compartilhamento de conhecimento com o aprendizado das especificidades de cada município e da equipe envolvida. Essa forma de trabalhar, em equipe, permite criar um conhecimento que pode ser replicado e expandido pelos profissionais das cidades. Isso possibilita que as propostas ganhem escala e perdurem no tempo, independentemente de mudança de governos.

Por fim, mas não menos importante, há o grande destaque dos processos participativos no desenvolvimento dos projetos – incluindo a valiosa participação das crianças. As soluções implementadas são cocriadas com a comunidade, aprovadas em conjunto e utilizadas por ela. As escolas, mais uma vez, são uma grande aliada nesse processo, ao trabalhar em parceria com os projetistas e envolver os alunos nas atividades participativas, entendendo que o território em que estão inseridas tem relação direta com a qualidade de vida dos alunos e de toda comunidade escolar.

O percurso pelas diversas escalas abordadas durante os cinco capítulos deste guia nos mostra que a primeira infância não deve estar segregada apenas a espaços específicos como parques infantis. Pelo contrário, **a cidade inteira pertence à primeira infância**. Quanto mais os conceitos trazidos nestes cinco capítulos estiverem presentes nos projetos urbanos, mais qualidade de vida, inclusão e diversidade estarão garantidos à toda a comunidade, não apenas às crianças – porque a cidade que é boa para as crianças é boa para todo mundo.

Talvez a maior lição para um arquiteto e urbanista que se envolve com projetos levando em conta a lente da primeira infância seja entender, de forma definitiva, o caráter colaborativo de sua profissão.

ANDRÉ SCARPA arquiteto formado pela Universidade do Porto, Portugal. Trabalhou no escritório do arquiteto António Madureira, onde desenvolveu projetos em colaboração com Álvaro Siza, e integrou a equipe da Nitsche Arquitetos. Em 2018, abriu o escritório André Scarpa onde se dedica a atividade projetual, fotografia de arquitetura e roteiros críticos para passeios arquitetônicos. Organizou projetos de reedição dos livros *Rino Levi, arquitetura e cidade*, *Arquitetura moderna paulistana* e *Dicionário da arquitetura brasileira*, da editora Romano Guerra. É organizador do livro *Nitsche*, da editora Sesc em parceria com a Escola da Cidade, onde ministra cursos livres. É criador e apresentador dos podcasts Betoneira e Ouvindo Passeios.

BIANCA ANTUNES é jornalista formada pela ECA-USP e mestra em desenvolvimento urbano e cooperação internacional pela TU Darmstadt e UIC Barcelona. É supervisora de projetos no CECIP, onde implementa a iniciativa Urban95 nas cidades brasileiras. É autora de livros infantis sobre cidades e arquitetura, e cofundadora da Pistache Editorial, onde edita livros e materiais sobre urbanismo e arquitetura para crianças e adultos. Foi editora-chefe da revista *AU – Arquitetura e Urbanismo* (Editora PINI).

Referências

Confira vídeos, publicações, materiais de referência e de inspiração.

Vídeos e séries

Cidades da Rede Urban95: Fortaleza (CE) e seus parques naturalizados. Urban95.

Disponível em Youtube: <<https://bit.ly/YTForU95>>.

Colinas (RS): Conheça o Programa Colinas 1000 Dias. Urban95.

Disponível em: <<https://bit.ly/YTColU95>>.

O começo da vida – Lá fora. Maria Farinha Filmes.

Disponível em: <<https://ocomecodavida2.com.br/>>.

Parques naturalizados: Paisagens para o brincar. Instituto Alana.

Disponível em Youtube: <<https://bit.ly/3WEX1Bd>>.

Projeto Sementes do Brincar em Mogi das Cruzes (SP). CoCriança.

Disponível em Youtube: <<https://bit.ly/SementesMogi>>.

Série Pequenos Exploradores. Urban95. Disponível em Youtube:

<<https://bit.ly/PeqExploradores>>.

Transtorno do déficit de natureza: o que é isso? Entrevista com Richard Louv. Instituto

Alana. Disponível em: <<https://bit.ly/DeficitNatureza>>.

Webinars Urban95

Entornos escolares: estratégias para fomentar a segurança viária e a mobilidade ativa.

Disponível em: <https://bit.ly/Webinar_Entornos>.

Intervenções urbanas: soluções inovadoras para a primeira infância.

Disponível em: <https://bit.ly/Webinar_Solucoes>.

Desemparedamento das Infâncias: por uma cidade mais verde.

Disponível em: <https://bit.ly/Webinar_Desempareda>.

Publicações

Acesso para bebês, crianças pequenas e pessoas cuidadoras.

ITDP e Fundação Van Leer. Disponível em: <<https://bit.ly/ITDPBebes>>.

Arquitetura como protagonista no mundo em colapso. Rodrigo Mindlin Loeb.

Tese (Arquitetura e Urbanismo) Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2023.

As múltiplas dimensões da pobreza na infância e na adolescência no Brasil.

Estudo completo. Unicef, 2023.

Benefícios da natureza no desenvolvimento de crianças e adolescentes. Criança e Natureza

e Sociedade Brasileira de Pediatria. Disponível em: <<https://bit.ly/BeneficiosNatureza>>.

Check list: Equipamentos amigos da primeira infância. Ateliê Navio.

Disponível em: <https://bit.ly/U95_CheckList>.

Cidade, Gênero e Infância. Ana Gabriela Godinho Lima e Rodrigo Mindlin Loeb. Editora Romano Guerra, Pistache Editorial e Instituto Brasileira.

Cidades para brincar e sentar – Uma mudança de perspectiva para o espaço público.
De Bernhard Meyer e Stefanie Zimmermann. Disponível em: <<https://bit.ly/BrincarSentar>>.

Desenhando ruas para crianças. GDCl. Disponível em: <https://bit.ly/GDCl_SFK>.

Guia de princípios para remodelação das praças para infância em Recife.
Organização: Estúdio+1. Disponível em: <https://bit.ly/U95Praças_Recife>.

Guias para o desenvolvimento de Bairros Amigáveis à Primeira Infância (BAPI).
Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB. Disponível em: <https://bit.ly/IAB_BAPI>.

Guia para pontos de ônibus que acolhem a primeira infância.
Ateliê Navio. Disponível em: <https://bit.ly/guia_pontosdeonibus>.

Ideias para parquinhos para crianças de 0 a 3 anos. Superpool.
Disponível em: <https://bit.ly/parquinhos_zeroatres>.

O jogo como ferramenta – Boas práticas urbanísticas para a Primeira Infância brasileira.
Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB. Disponível em: <https://bit.ly/IAB_Jogo>.

Parques naturalizados: Guia de brinquedos e mobiliários.
Criança e Natureza. Disponível em: <<https://bit.ly/4dFSLHG>>.

Parques naturalizados: Materiais para gestores públicos.
Criança e Natureza. Disponível em: <<https://bit.ly/3wKf662>>.

Parques naturalizados. Organização: Maria Isabel Amando de Barros.
Criança e Natureza. Disponível em: <<https://bit.ly/3yjh9yv>>.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.
Segurança alimentar, 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

Plano País para Infância e Adolescência. Movimento Agenda 227.
Disponível em: <<https://agenda227.org.br/>>.

Por um método de escuta sensível das crianças. Ana Cláudia Leite
e Gandhi Piorski. Instituto Alana. Disponível em: <<https://bit.ly/44EnEba>>.

Primeiros passos: mobilidade urbana na primeira infância. ITDP.
Disponível em: <https://bit.ly/ITDP_PrimeirosPassos>.

*Qualidade do ar e a primeira infância – Efeitos nocivos da poluição
do ar à saúde das crianças e ações para minimizá-los.* USP, WRI,
Ateliê Navio e FVL. Disponível em: <https://bit.ly/PI_QualidadeDoAr>.

*Quali-Urb Infância – Método para Monitoramento da Qualidade do Ambiente Urbano Per-
cebida em Rotas Escolares.* WRI Brasil e FVL. Disponível em: <<https://bit.ly/quali-urb>>.

Territórios vulneráveis, arquitetura e urbanismo: estratégias contemporâneas de ação.
Rodrigo Mindlin Loeb. Dissertação (Arquitetura e Urbanismo) Universidade Presbiteriana
Mackenzie, 2019.

Mantenha-se informado sobre novos materiais
em: <https://urban95.org.br/biblioteca/>



Esta obra está sob uma licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-Compartilha Igual 4.0 Internacional (CC BY-NC-SA). Pode ser reproduzida com atribuição ao IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil e FVL – Fundação Van Leer e para qualquer finalidade não comercial.

Novas criações devem ser licenciadas sob termos idênticos.

Esta publicação foi composta nas fontes Work Sans e Inter.



SE VOCÊ PUDESSE VIVENCIAR SUA CIDADE A PARTIR
DE UMA ALTURA DE 95 CM – A ALTURA MÉDIA DE
UMA CRIANÇA DE 3 ANOS – O QUE VOCÊ MUDARIA?

Esta é a pergunta que a iniciativa Urban95 procura responder junto a gestores públicos, cuidadores e crianças na primeira infância, por meio de ações efetivas nos municípios. Para isso, trabalha em três eixos prioritários: **Espaços públicos e natureza, Programas e serviços para a primeira infância, e Governança e sustentabilidade**. Esses são os temas, também, de cada um dos três volumes que compõem os Cadernos de Boas Práticas da Urban95.

Além de conceitos que estruturam nossa forma de atuar, as publicações reúnem exemplos práticos de intervenções, programas e políticas públicas nas cidades brasileiras em que a Urban95 atua.

Idealizada pela Fundação Van Leer, a Urban95 é uma iniciativa global que, no Brasil, é coordenada pelo CECIP – Centro de Criação de Imagem Popular.

Iniciativa:



Idealização:



Realização:



Parceiro técnico:

